

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ACTUAÇÃO DO GOVERNO EM RELAÇÃO À FUNDAÇÃO PARA AS
COMUNICAÇÕES MÓVEIS

24 DE MARÇO DE 2010

14.^a REUNIÃO

ORDEM DE TRABALHOS:

*AUDIÇÃO DA SR.^a PROF.^a DR.^a MARIA DE LURDES RODRIGUES, EX-MINISTRA DA
EDUCAÇÃO.*

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo)

Oradores:

Bruno Dias (PCP)

Ramos Preto (PS)

Emídio Guerreiro (PSD)

Jorge Costa (PSD)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Pedro Filipe Soares (BE)

Luís Gonelha (PS)

João Paulo Correia (PS)

O Sr. Presidente (Miguel Macedo): - Srs. Deputados, estamos em condições de iniciar a nossa reunião de hoje.

Eram 10 horas e 25 minutos.

Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues, como comunicou que não pretende fazer uma intervenção inicial, que é um procedimento que temos facultado aos depoentes nesta Comissão de Inquérito, vamos entrar imediatamente nas perguntas.

Assim, nos termos do que têm sido os nossos procedimentos na Comissão, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, que foi quem requereu esta audição.

O Sr. Bruno Dias (PCP): - Sr. Presidente, Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues, por parte do PCP, do ponto de vista da análise dos trabalhos da Comissão de Inquérito, propusemos que fosse realizada esta reunião, tendo em conta, numa primeira fase, a função que exerceu enquanto Ministra da Educação no anterior governo e, mais tarde, pela constatação que tivemos de que exerceu funções, em 2000-2001, nomeada pelo Governo do PS de Guterres, salvo erro pelo Sr. Ministro de então Mariano Gago, no âmbito da Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação e, por essa vertente, no chamado Grupo de Trabalho UMTS.

Assim, o testemunho que gostava de obter em termos das informações que aqui nos pode prestar tem a ver, fundamentalmente, com três vertentes: a vertente do programa e.escola enquanto desempenhou funções como Ministra da Educação; logo a seguir, a do programa e.escolinha com o chamado computador Magalhães; e, terminando com o que sucedeu mais cedo, a intervenção que desempenhou no Grupo de Trabalho UMTS, em 2001.

Em relação ao programa e.escola, notamos, desde o início (aliás, já em 2007 e em 2008, esta matéria foi muito evidenciada), uma ausência muito clara do Ministério da Educação no conduzir do processo que resultou no programa e.escola, nos computadores portáteis, sendo este um programa, como o próprio nome indica e pela orientação da iniciativa, muito voltado para o contexto educativo, para a comunidade educativa, para estudantes, professores, etc. Verificamos que, quer do ponto de vista pedagógico e curricular quer do ponto de vista dos conteúdos dessa iniciativa e até mesmo ao nível dos programas e dos conteúdos dos próprios computadores, são muitas as vezes que consideram ter sido, logo nessa altura, uma oportunidade perdida, tendo em conta a inexistência de uma adequação específica para o contexto educativo, ao contrário do que (e registre-se esta nota positiva) durante vários anos vinha sendo a prática muito comum no Ministério da Educação. Pela primeira vez em muitos anos, aparece, ligado às escolas e à comunidade educativa, uma distribuição de computadores que não têm *software* livre, por exemplo, o que sempre acontecia nas iniciativas voltadas para as tecnologias de informação no Ministério. As tecnologias de informação e comunicação (TIC) e o material informático para as escolas tinha sempre uma componente pedagógica e de informática de alternativa, em termos de oferta com o *software* livre, que aqui desapareceu.

O Dr. Mário Franco, Presidente da Fundação para as Comunicações Móveis, disse aqui, nesta sala, na reunião que teve connosco, que o papel do Ministério da Educação nessa altura era basicamente o de certificar e validar a entrega e a facturação dos portáteis.

Assim, gostávamos de perceber qual foi o enquadramento que permitiu esta ausência da parte do Ministério da Educação relativamente ao lançar do programa e.escola, embora saibamos todos que o ponto de partida era um concurso público e um negócio desenvolvido em sede do Ministério

das Obras Públicas com a licença dos telemóveis de terceira geração. No entanto, gostávamos de ouvir o seu testemunho sobre as razões que levaram a essa inexistência, do ponto de vista concreto, na coordenação interministerial e na execução.

Por outro lado, ligado a isto, gostávamos também de perceber a presença que teve no próprio lançamento do e.escola, porque associou-se a essa iniciativa, solidariamente como membro do Governo presumo, mas num quadro de menor participação, por exemplo, do que veio a ter depois com o computador Magalhães e com o e.escolinha. Sabemos, já foi aqui confirmado, que o Ministério da Educação teve uma intervenção mais próxima, mais activa no processo do programa e.escolinha, razão pela qual, inclusivamente, terá sido conseguida uma norma de oferta simultânea de *software*, incluindo sempre o *software* livre, e terá sido encontrada uma oferta de conteúdos voltados para a utilização do ponto de vista pedagógico e curricular. No entanto - e esta tem sido uma crítica colocada com muita veemência também por vários especialistas -, do ponto de vista curricular teve pouca utilização e do ponto de vista do processo de ensino/aprendizagem teve pouca consequência, em concreto, na vida da escola, dentro das salas de aula.

Gostava de perguntar, então, no seu entendimento e no testemunho que tem de informações para nos dar, qual a razão para essa diferença de participação do Ministério da Educação no programa e.escola, em 2007-2008, e no programa e.escolinha, em 2008-2009, e a forma como se conduziu à solução única do Magalhães. A partir do momento em que o Ministério da Educação passa a ter, neste processo, um envolvimento mais directo e uma participação mais activa, uma intervenção nas linhas de orientação que presidiram às opções em concreto do programa e.escolinha, é preciso clarificar, do lado do Ministério da Educação, como se desenvolveu o processo que resultou nesta solução de sentido único,

porque, nos últimos dois dias, os Srs. Representantes dos operadores de telecomunicações, que supostamente faziam a escolha do computador, disseram-nos, da forma mais clara que pode haver, que, como se estava no princípio do ano lectivo e havia pressa por parte da Fundação e do Ministério, para entrega imediata, havia ou o Magalhães ou o Magalhães e, portanto, as pessoas que estavam ligadas a este processo escolheram - vá-se lá saber porquê - o Magalhães. Isto tem a ver com especificações técnicas e normativos de selecção que foram desenvolvidos e definidos em articulação pela Fundação e, presumo, pelo Ministério. Gostava de saber porquê o sentido da opção que acabou por se verificar, já depois de se ter apresentado publicamente o Magalhães, com a presença e o alto patrocínio do Governo alguns meses mais cedo.

Ainda neste segundo grupo de questões relativamente ao programa e.escolinha, gostava de perceber a forma como se optou por colocar os professores nas escolas a servir de «agente» administrativo para a concretização do programa. O programa e.escolinha mobilizou milhares e milhares de professores que, para além da sobrecarga do ponto de vista das suas exigências como educadores e como professores que já hoje se conhece, tinham, durante aquela altura, um envolvimento no processamento administrativo das candidaturas e dos pedidos que gerou bastantes perplexidades e até alguma indignação entre os professores. Gostava também de saber se esta questão foi perspectivada em articulação com os operadores, se foi perspectivada em articulação com o Ministro das Obras Públicas e em que aspecto é que se coloca a negociação de uma solução que acabou, como se costuma dizer, por «sobrar» para os professores, que tiveram essa carga em relação ao computador Magalhães e ao processamento das suas candidaturas.

Esta é, portanto, a oitava questão. Penso que a Sr.^a Dr.^a está a seguir estes aspectos para, depois, responder ponto a ponto.

Finalmente, sobre a participação que a Sr.^a Dr.^a teve no Grupo de Trabalho UMTS em 2001, gostava de perceber exactamente em que medida e em que contexto é que desempenhou essa função. Presumo que terá sido por convite do Prof. Mariano Gago, enquanto Ministro da Ciência e Tecnologia (na altura, era esse o Ministério), mas gostava que nos confirmasse. Ficámos com a ideia que a Sr.^a Dr.^a representou o Estado português no organismo que reunia Estado e operadores para definir a execução das contrapartidas para o interesse público decorrentes desse concurso das licenças UMTS. O seu sucessor, o Prof. Eduardo Cardadeiro, que é actualmente o Presidente do Grupo de Trabalho UMTS, testemunhou aqui, sem qualquer assinto ou visão pejorativa, a grande falta de clareza em que ainda se encontrava o processo quando chegou em 2006, em que foi preciso negociar com os operadores a interpretação da negociação que tinha sido feita em 2000-2001 e que, durante anos, o processo foi-se arrastando numa situação de absoluta falta de clareza e de transparência relativamente à forma como mais tarde se «desembrulhou» este negócio, resultando nos programas e.escola e e.escolinha.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado Bruno Dias, já ultrapassou o seu tempo. Tem de terminar.

O Sr. Bruno Dias (PCP): - Termino, Sr. Presidente, com uma questão muito concreta.

Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues, quer o Prof. Eduardo Cardadeiro, em 2006, quer V. Ex.^a, em 2001, colocaram uma questão que tem que ver com a linha de fronteira entre o interesse público e as contrapartidas para o País daquele negócio do concurso UMTS e, por outro lado, o interesse e a actividade comercial normal de uma empresa que quer obter lucro. Nesse sentido, aparece a questão da distribuição de pacotes de

computador e de ligação em banda larga móvel. Gostava de lhe perguntar como é que surge a questão e de que lado é que aparece a proposta com maior veemência, de uma forma mais vincada, ou seja, em que sentido é que aparece aquilo que, seis anos mais tarde, acaba por se traduzir no lançamento do programa e.escola.

Verificamos que esta é uma história com raízes, com precedentes, com antecedentes e, tendo a felicidade de estarmos na presença de quem nesse momento teve um papel decisivo em representação do Estado, gostávamos de saber qual é, de facto, o testemunho e a informação que tem para nos prestar relativamente a essa etapa.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra a Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues.

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues (Ex-Ministra da Educação): - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com gosto que aqui estou para prestar os esclarecimentos que entenderem necessários para o trabalho que a Comissão tem em mãos.

Vou centrar-me já na resposta às várias questões colocadas pelo Sr. Deputado Bruno Dias e começar pelas questões finais para restabelecer uma certa ordem cronológica nos próprios acontecimentos.

De facto, em 2000, participei no designado Grupo de Trabalho UMTS, durante um ano e uns meses. Não consigo reconstituir todo o processo, mas os Srs. Deputados têm certamente as actas e a documentação de todo esse grupo de trabalho. O que lhe posso dizer é que o processo de negociação da atribuição das licenças foi conduzido no Ministério no sector próprio que tem as competências próprias para a tomada dessa decisão. Já depois das licenças atribuídas, cria-se o Grupo de Trabalho para, em conjunto, o Governo, a autoridade de regulação do sector e os próprios

operadores concretizarem as propostas apresentadas nas candidaturas dos operadores ao concurso de atribuição das licenças.

Desse período de tempo, recordo-me de uma enorme dificuldade em concretizar, por razões que têm que ver com a divergência de interesses, pois, de facto, nem sempre o interesse público coincide com interesses particulares, seja de operadores, seja de famílias, seja até da própria Administração. O interesse público é algo que, por vezes, se pode sobrepor. Pode haver convergência, mas, em muitos casos, ela não é evidente, sendo necessário construir esse espaço de convergência entre o interesse público e os outros interesses, com os quais é necessário negociar, com os quais é necessário estabelecer consensos para poder haver a possibilidade de trabalho comum.

A ideia das contrapartidas nos projectos para atribuição das licenças UMTS era, em certa medida, uma novidade, não apenas no sector. Acho que não temos muita experiência de introdução de cláusulas de contrapartidas nos contratos públicos que se fazem com fornecedores, seja de equipamentos seja de serviços, e, de um certo ponto de vista, era uma novidade e naquele grupo o que fizemos foi desbravar algum caminho no sentido de procurar os pontos de convergência entre aquilo que era entendido como interesse público e o interesse dos operadores.

Portanto, constituiu trabalho de ano e meio, muito difícil na identificação do que eram os projectos nos quais podíamos trabalhar tranquilamente e a que todos reconhecêssemos utilidade pública. Sobretudo havia uma dificuldade de natureza técnica, digamos assim. É que os projectos dos operadores tinham sido aprovados com propostas concretas, não eram contrapartidas livres. Os operadores apresentaram, nas suas candidaturas a concurso, projectos concretos, que iam desde a criação de fundações até à distribuição de telemóveis aos alunos das nossas escolas ou

telemóveis, em condições especiais, a professores ou a segmentos particulares da população portuguesa.

Portanto, as operadoras tinham-nos apresentado os projectos, que tinham sido, digamos assim, aprovados. Entretanto, as condições de concretização do próprio serviço vão mudando — há, até, depois, um atraso no arranque do próprio serviço — e tudo isso, no fundo, cria dificuldades, por um lado, aos operadores em concretizar os projectos com que se tinham candidatado, porque, nalguns casos, já não faziam sentido dado o ritmo a que as mudanças aconteciam, e, por outro lado, tanto a Autoridade da Concorrência, a pessoa que presidia nessa altura à ANACOM, como eu própria, procurámos introduzir novas propostas que tivessem um interesse maior, mas sobretudo, que me recorde, era a preocupação de ter um projecto mobilizador e que alavancasse verdadeiramente o desenvolvimento da sociedade de informação, uma vez que esse era o grande objectivo das contrapartidas.

Devo dizer que foram reuniões muito difíceis, mas em que o caminho se foi fazendo e em que a preocupação era a de encontrar os pontos de convergência, aquilo em que o Governo se podia entender com os operadores, em que o Governo podia mobilizar os operadores para um projecto que tivesse verdadeiro significado para o desenvolvimento da sociedade de informação.

Recordo-me bem que, já nessa altura, apresentei uma proposta no sentido de trocar as possibilidades de acesso a telemóveis em condições especiais pelo acesso a computadores em condições especiais.

Estávamos muito longe dos tempos que vivemos hoje do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico e isso aparecia aos olhos dos operadores como algo muito estranho. Mas era para mim evidente, já naquela altura, que a evolução ia no sentido de uma maior convergência entre telemóveis e computadores. Apesar de tudo, há uma enorme diferença

entre um computador e um telemóvel e o instrumento que permite potenciar o acesso à informação e ao conhecimento é o computador e não o telemóvel.

Recordo-me bem de que, na altura, apresentei uma ideia de projecto — não chegou sequer a ser formulada por escrito, eram debates, eram discussões que tínhamos nessas reuniões — de que se definisse como público-alvo no sector da educação alunos e professores e que pudesse haver um projecto de acesso a computadores com ligação à *Internet* em condições especiais.

Nessa altura, esse foi um ponto de divergência com os operadores, porque não entenderam. O seu foco era para permitir o acesso em condições especiais a telemóveis e não a computadores.

O Sr. Deputado perguntará como é que surge esta proposta. Tínhamos, nessa altura, do lado do Governo, um enquadramento para o desenvolvimento da sociedade de informação. Havia medidas e acções e, nesse conjunto de medidas e acções, que tinham sido aprovadas ou em 1999 ou em 2000 — não consegui ter acesso a essa informação —, havia um enquadramento. O Governo tinha aprovado nessa altura, no sector da sociedade de informação, um conjunto de medidas e de acções que entendia necessário promover para o desenvolvimento da sociedade de informação. E lá encontrará medidas do tipo desta que mais tarde eu propus nessas reuniões de trabalho. Aliás, propus várias medidas, sempre procurando enquadramento nessa grande iniciativa — «iniciativa Internet», salvo erro era assim que se chamava — que tinha sido aprovada ou no final de 1999 ou mesmo em 2000 pelo Governo para a área da sociedade de informação. Portanto, era aí que se procurava a inspiração, digamos assim, para o trabalho nesse grupo do UMTS.

Trabalhei nesse grupo de trabalho em representação do Ministério da Ciência, onde tinha um lugar por inerência do cargo que exercia no

secretariado da Comissão Interministerial para a Sociedade de Informação. Durou um ano. Recordo-me bem da passagem de testemunho que fiz, quando houve mudança de governo para o grupo de assessores e especialistas que vieram a trabalhar com o Dr. Diogo Vasconcelos, com toda a documentação, com todas as preocupações e com toda a orientação que tínhamos tido até aí, já nessa altura dando testemunho da grande dificuldade técnica, mas não só, também política, que aquele grupo de trabalho tinha e que exigia uma enorme persistência na procura dos pontos de interesse comum. Essa era a questão.

É que se os operadores quisessem concretizar projectos de desenvolvimento para a sociedade de informação eles tinham esses projectos aprovados no próprio caderno de encargos que tinha sido aprovado com as licenças. O nosso esforço era fazer com que, havendo alguns daqueles projectos já desactualizados, já sem sentido e sobretudo divergentes daquilo que era o enquadramento estratégico para o desenvolvimento da sociedade de informação que o Governo tinha aprovado, houvesse uma aproximação e um aproveitamento diferente daqueles recursos.

Passei testemunho ao Governo que se seguiu e ao grupo de trabalho — recordo-me bem das reuniões com o Dr. Diogo Vasconcelos — e não apenas lhe transmiti aquilo que eram os adquiridos desse grupo de trabalho mas também as preocupações e as dificuldades que residiam naquele tipo de trabalho.

Mais tarde, o governo socialista, já depois de 2005, aprovou uma nova estratégia para o desenvolvimento da sociedade de informação, uma iniciativa a que se chamou «Ligar Portugal», que está no site do Plano Tecnológico e que ainda está em vigor — não houve nada que o tivesse ultrapassado, está no site da UMIC, que é o organismo que, no quadro da Administração Central, promove um conjunto de iniciativas também com

esta vertente, não apenas o Plano Tecnológico —, e o Sr. Deputado, se tiver acesso, verificará que, nesta iniciativa, por exemplo a medida de acesso a computadores por parte dos alunos do ensino básico está lá consagrada; é uma ideia do anterior governo socialista e que neste governo recuperámos. E porquê? Porque é a percepção de que há uma parte do desenvolvimento da sociedade de informação que passa por criar diferentes condições de acesso aos meios tecnológicos no quadro das famílias.

Se o Sr. Deputado tiver acesso, neste documento da iniciativa Ligar Portugal encontrará alguns dados de diagnóstico e verificará que um dos constrangimentos está do lado das famílias. Como sabe, Portugal é um país com fortes assimetrias não apenas geográficas mas também sociais e económicas e há constrangimentos fortes no acesso a estes meios que levaram a que o Governo, antes, em 1999-2000, e depois, em 2005, colocasse como eixo de intervenção o apoio às famílias no acesso a meios que permitissem o acesso a informação e a conhecimento. E que famílias? Quando se discute «que famílias», a prioridade é as famílias que têm crianças, que têm adolescentes na escola, porque se apresentam com um potencial maior para aquilo que são os objectivos do desenvolvimento da sociedade de informação.

O Sr. Bruno Dias (PCP): - Sr.^a Dr.^a, peço desculpa de a interromper, mas queria só perguntar se essa prioridade dada à banda larga móvel através dos operadores estava designada no início dessa estratégia. É que há várias formas de promover o acesso à *Internet*. Esta foi uma que estava ligada ao negócio das operadoras e que, naturalmente, tinha uma actividade comercial...

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: - Antes de haver disponibilidade tecnológica desse meio, não estava em plano nenhum.

Quando se fazem os planos ou se definem estratégias é sempre em sentido mais abstracto, digamos assim.

O Sr. Bruno Dias (PCP): - A banda larga até começa pelo acesso fixo e não móvel.

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: - Sr. Deputado, queria dizer-lhe que o governo do Partido Socialista anterior tinha uma estratégia para o desenvolvimento da sociedade de informação, com um elenco de medidas, de acções, de propostas, de objectivos e de metas, nos quais o apoio às famílias, sobretudo famílias com crianças ou com adolescentes na escola, era um público-alvo de várias medidas que se podiam lançar. Da mesma forma o Ligar Portugal retoma alguns dos eixos a partir dos diagnósticos que se mantêm entre 1999 e 2005. A situação não muda por forma a que esses projectos fossem abandonados.

Portanto, quando em 2005 o Ministério das Obras Públicas passa a ter a competência deste sector — há uma transferência da Ciência para as Obras Públicas num momento que não sei precisar —, este Ministério inicia as negociações com os operadores para retomar o projecto de fazer com que alguns dos projectos a desenvolver com os recursos destas contrapartidas fossem mais próximos daquilo que era a visão do Governo para o desenvolvimento da sociedade de informação. De novo, há várias reuniões no âmbito das actividades do Governo para decidir que projectos o Governo apresenta aos operadores para os mobilizar para este nosso objectivo.

As negociações com os operadores são conduzidas pelo Ministério das Obras Públicas, que é quem tem responsabilidades no sector e, felizmente, conseguiu aquilo que uns anos antes não se tinha conseguido, que foi convencer os operadores da bondade da importância da natureza,

digamos assim, potencial que o apoio às famílias, no acesso a computadores em condições especiais era um projecto de interesse comum, de interesse público, mas também do interesse dos operadores, do interesse das famílias, em que finalmente tínhamos encontrado um projecto em que todos os agentes envolvidos no desenvolvimento da sociedade de informação se reconheciam como podendo estar a dar um contributo importante para o desenvolvimento da sociedade de informação.

Este projecto, inicialmente, foi lançado com as reservas — evidentemente, ninguém tem a certeza das coisas, sobretudo em áreas de grande inovação —, tendo-se começado apenas pelos alunos do 10.º ano. De novo, o Ministério da Educação (e o Ministério do Trabalho, nessa altura) entendeu que não tinha sentido, embora na iniciativa Ligar Portugal o que estivesse explícito era as famílias com alunos no ensino básico, que uma medida com este alcance deixasse de fora os professores e os adultos que tinham regressado à escola. Portanto, a proposta feita aos operadores era no sentido de permitir o acesso, em condições especiais, a professores, a alunos do 10.º ano e aos formandos do Novas Oportunidades.

Com o passar do tempo, ao fim de dois meses do lançamento do programa, percebeu-se que a adesão era enorme, que as famílias, de facto, aderiam e que tinha sentido este projecto para as famílias, da mesma maneira para os professores, da mesma forma para os adultos, e os próprios operadores, no fundo, verificaram que o projecto também tinha sentido para o desenvolvimento das telecomunicações e para alargar a prestação deste serviço. Temos de ter consciência de que o desenvolvimento da sociedade da informação não se faz sem o uso intensivo do serviço que os operadores prestam.

E, de facto, passado um ano — os operadores podem aqui testemunhar isso, se quiserem, porque está em relatórios técnicos produzidos por eles próprios — havia mais 200 000 computadores. Não

tenho exactamente presente qual era o número de lares em Portugal já com ligação à *Internet*, quando, em 2007, lançámos a iniciativa. Era, seguramente, mais de 1 milhão, mas os operadores poderão dar essa informação de uma forma mais rigorosa. Este Programa, ao fim de um ano, tinha feito crescer a penetração de computadores nos lares em 200 000. Foram 200 000 os beneficiários do Programa no primeiro ano.

Por outro lado, os acessos à *Internet* e a intensidade do uso da *Internet*, sobretudo em período do dia em que não havia praticamente prestação do serviço, mais do que duplicou. Os Srs. Deputados podem pedir esta informação aos operadores — eles, certamente, que a darão, porque fazem uma monitorização do Programa diferente da que o Governo faz — e poderão verificar que a aposta foi certa, porque 200 000 novos utilizadores em casa (estamos a falar de famílias, não estamos a falar de escolas, porque o Programa destina-se às famílias) permitiu um crescimento exponencial do uso da *Internet* e do uso destes meios.

O receio que os operadores manifestaram no início, quando apresentámos esta proposta, que era o mesmo receio que tinham manifestado já em 2000, quando eu própria lhes apresentei a proposta, de que os computadores acabariam todos vendidos em Marrocos ou na Feira da Ladra não aconteceu. Esta é outra pergunta que poderá colocar aos próprios operadores, porque eles fazem um acompanhamento e uma monitorização à distância dos pontos de acesso à *Internet*, e pela resposta verificará que não houve utilizações não previstas deste equipamento.

Ninguém tem a certeza de nada quando toma decisões. E é bom que assim seja, porque, quando se tem responsabilidades políticas e é preciso tomar decisões, é necessário que essas decisões não sejam defensivas, é necessário ter a capacidade de perceber onde se pode inovar e arriscar. Nunca ninguém tem a certeza de nada, porque, se só tomarmos decisões com base naquilo em que temos a certeza, nunca vamos levar este País a

lado algum, nem este País nem coisa alguma, porque não se tomam decisões.

Portanto, iniciámos o Programa com cautela, com determinadas condições, apenas para os alunos do 10.º ano, para os professores e para os adultos das novas oportunidades. Mas, ao fim de dois meses, já tínhamos verificado que o Programa respondia às expectativas das famílias e dos operadores e às metas que o Governo tinha estipulado para a penetração dos computadores e da *Internet* nos lares e, portanto, alargámos enormemente o Programa, primeiro aos 11.º e 12.º anos, porque eram os próprios alunos que o solicitavam e não compreendiam porque é que o Programa não os abrangia também a eles, e também aos alunos e professores do ensino privado, e, depois, no ano seguinte, aos alunos do 9.º ano e por aí fora até ao 5.º ano.

Qual é a dificuldade quando se alarga um Programa a alunos com menos idade, mais jovens? Peço desculpa de não estar a responder directamente às suas perguntas, mas compreenderá o que quero dizer, porque, com isto, lhe respondo a outras preocupações suas. Uma coisa é trabalhar com alunos de 15, 16 ou 17 anos, que têm um grau de autonomia e de conhecimento do próprio equipamento muito diferente do de alunos com 10 e 11 anos, e mesmo com 12 ou 13 anos, e outra é trabalhar com estes últimos.

É diferente a autonomia que estes alunos têm em relação às suas famílias, no sentido da capacidade que têm de convencer os pais do interesse para eles próprios e para o seu desenvolvimento individual do acesso a um computador. Um aluno de 15 anos do ensino secundário convence mais facilmente a família, porque é de famílias que estamos a tratar e não de escolas, mesmo que para ela não seja evidente, em resultado das suas condições de acesso a informação, do que uma criança com 11 ou 12 anos.

Isso, aliás, traduziu-se nos resultados, porque as crianças do 2.º ciclo tiveram mais dificuldades em convencer os pais da bondade e da importância do projecto, da prioridade que o computador podia ter em relação a outros equipamentos e, portanto, penetrou menos, foi mais difícil o acesso por parte destas crianças ao Programa.

Ora, isso fez mudar a organização do acesso ao Programa, quando passámos para o 1.º ciclo. Foi absolutamente necessário mudar a natureza da procura da adesão. Na minha óptica, talvez devêssemos ainda — e não está fora de causa que não venha ainda a ser necessário fazê-lo — tratar de uma forma semelhante os alunos do 2.º ciclo. Porque uma coisa são os alunos do 3.º ciclo e do ensino secundário, que têm, de facto, uma autonomia diferente e em que já é evidente para as famílias a importância do computador nos seus trabalhos de casa e no seu desenvolvimento individual, e outra os alunos dos 1.º e 2.º ciclos, em que isso é menos evidente e, portanto, aí necessitamos de mobilizar outros recursos, porque as crianças sozinhas, sobretudo em alguns meios, não o conseguem fazer.

Ora, é aqui no 1.º ciclo que entra a escola. É muito diferente ter um Programa em que se supõe a iniciativa das famílias e se respeita a iniciativa destas e a autonomia dos jovens ou adolescentes e um Programa para crianças do 1.º ciclo, que não têm essa autonomia e, portanto, quem pode superar os défices de autonomia e as dificuldade de acesso à informação por parte das famílias, quem pode superar esse gueto, quem pode superar essa distância é a escola. Nós nunca conseguimos inventar outra instância para mediar esta relação que não fosse a escola.

Portanto, no programa para o 1.º ciclo, mudámos radicalmente o processo de adesão, centrando na escola essa mediação, respeitando também o interesse da família, porque nunca ninguém impôs algo às famílias. Pelo contrário, uma imposição que existia no caso dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário foi abandonada para o 1.º ciclo, que era a

exigência de ligação à *Internet*, para que as famílias não sentissem isso, justamente, como uma imposição. Apesar de tudo isso, apostámos na escola como mediadora entre as crianças e as suas famílias, facilitando a compreensão, por parte dos pais, da importância deste novo equipamento.

Portanto, muda completamente a modalidade de acesso, porque o centro é na escola, com a percepção de que o acesso a um computador por parte de uma criança do 1.º ciclo pode fazer toda a diferença, mas ainda fará diferença maior se estas crianças, sobretudo algumas delas, puderem ser apoiadas pela escola e pelo professor, que tem um papel que é insubstituível. O papel do professor é insubstituível na mediação destas crianças com o equipamento escolar.

Aquilo que se procura é fazer um centro na escola e, para isso, é necessário mudar a plataforma. Do ponto de vista tecnológico, isto passou a ser muito mais complicado e exigente. Faz-se um foco na escola, dando orientações para que os coordenadores das tecnologias de informação e comunicação, nas sedes de agrupamento, apoiem os professores do 1.º ciclo neste processo de inscrição dos alunos, porque isso permite ao professor identificar as crianças cujos pais não aderem e saber porque é que não aderem e fazer um trabalho com eles, o que é muito diferente de o professor estar na escola e não ter qualquer relação com o Programa.

Por outro lado, as escolas do 1.º ciclo tinham uma situação muito diferente das escolas dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário. As escolas do 1.º ciclo estavam ligadas à *Internet* desde 1997 e em todas existiam computadores. Existiam um, dois ou três computadores por sala e, por isso, a situação era muito distinta. Até já havia escolas em que todos os alunos do 1.º ciclo tinham computadores. Estou a lembrar-me o caso de Abrantes, mas haveria outros municípios em que as autarquias tinham feito um esforço, porque é a elas que compete o apetrechamento das escolas do 1.º ciclo.

Há exemplos extraordinários — e estou a lembrar-me de uma outra escola que visitei em Faro — em que os presidentes de câmara e os vereadores de educação inovaram neste campo, procurando atingir um objectivo que parecia inalcançável, que era ter um computador por cada criança no 1.º ciclo. Esse era, de facto, o sentimento dos próprios professores do 1.º ciclo. Aspiravam a poder ter um computador por cada criança, mas esse era um objectivo de difícil alcance.

Ao contrário, as escolas básicas e secundárias tinham salas TIC e muito mais equipamento, porque o Ministério da Educação continuou com o seu programa de apetrechamento das escolas, que nada tem a ver com este Programa e.escola. Uma coisa é o apetrechamento das escolas com equipamento e outra é o apoio às famílias no acesso a computadores para uso em casa, que, além de facilitar a ligação das famílias às escolas e o desenvolvimento das crianças, tem outra finalidade, que é, fazê-lo quando estas estão no espaço de casa.

Não se trata de um programa de apetrechamento das escolas, pois tem outros requisitos, até porque não fazia sentido que fosse, porque tínhamos um programa de apetrechamento das escolas diferente, que concretizámos. Hoje nenhuma escola do ensino básico ou do ensino secundário tem problemas de apetrechamento e, por isso, necessita dos computadores dos seus alunos, porque talvez já tenhamos atingido um *ratio* de um computador por cada cinco alunos, que é um *ratio* muito confortável, igual ao dos países mais desenvolvidos da Europa.

Portanto, este Programa e.escola não substituiu o dever e a obrigação do Ministério da Educação de continuar a apetrechar as escolas.

Já no caso do 1.º ciclo a situação era muito diferente. O apetrechamento era muito mais difícil, porque não havia no mercado disponibilidade de equipamentos que pudessem ser adquiridos em situações competitivas. Portanto, pareceu-nos que o Programa e.escolinha, na

sequência do Programa e escola, tinha de ter características diferentes, porque estamos a falar de crianças com idades diferentes, em que a sua relação com os pais e com a escola é também diferente, e isso tinha de ser tido em consideração. E o que fizemos foi centrar isso na escola, para que ela pudesse ter a informação das razões por que a família não acedeu ao Programa, porque podia haver as mais variadas razões, mas havia sempre a preocupação de que não fosse por razões económicas que as crianças deixariam de ter acesso a estes meios.

O Sr. Deputado pode dar-me muitos exemplos de professores que tiveram esta participação e este envolvimento no Programa contrariados ou sentindo que isso pesava sobre o seu trabalho, mas eu posso dar-lhe milhares de exemplos de professores que o fizeram com grande entusiasmo, porque, finalmente, viram no Programa a oportunidade, a que sempre tinham aspirado, de cada um dos alunos poder ter um computador.

Portanto, existe de tudo, pessoas que vivem de uma forma mais reactiva as propostas que lhes são apresentadas...

O que o Ministério da Educação procurou fazer foi mobilizar os serviços administrativos e sensibilizar as direcções das escolas para que este não fosse um trabalho penoso para os professores. Cada professor pode ter, no máximo, 24 alunos, e, portanto, não era nada de extraordinário, pois a ficha era de preenchimento muito fácil, mas era uma oportunidade para os professores do 1.º ciclo estabelecerem relações com os pais dos seus alunos a propósito de uma novidade positiva, para que o computador não chegasse a casa das crianças sem a mediação da escola e sem que o professor tivesse uma palavra a dizer a propósito da sua importância para as actividades escolares.

Depois, cabia à escola também a elaboração de regulamentos para o uso do computador nas salas de aulas, com total autonomia. E sabemos que há escolas que fazem um uso muito diverso deste equipamento, com

exemplos muito interessantes e outros menos interessantes, mas isso não desmerece em nada o próprio Programa.

Quanto às consequências do Programa e escola na vida da escola, se foi uma oportunidade perdida, e à ausência do Ministério da Educação, nada disto é como o Sr. Deputado relata. O Ministério da Educação não esteve ausente. Aquilo que se passa é que se trata de uma medida da estratégia do Governo para o desenvolvimento da sociedade de informação, que está no *Ligar Portugal*.

Encontrará lá, não exactamente com a forma como, depois, veio a ser configurada, a necessidade de apetrechar... Tenho ideia de que aquilo que está enunciado é permitir o acesso a computadores às famílias mais carenciadas (é o que está dito), mas é a percepção de se o Governo necessita de fazer alguma coisa.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Posso perguntar só se reuniu então para acompanhar a execução do projecto e escola logo no início?

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues (Ex-Ministra da Educação): — Com certeza, vários Ministérios.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Nesse caso, então por que é que este programa teve uma alteração tão radical e um retrocesso tão grande face ao que era a prática comum do seu Ministério?

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues (Ex-Ministra da Educação): — Mas não é uma prática comum. O Ministério da Educação nunca teve um programa de apoio às famílias para acesso a computadores.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Estou a falar em termos de programação do *software* pedagógico e *software* livre. De repente deixa de aparecer...

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues (Ex-Ministra da Educação): — Não. Peço desculpa. Estamos a falar de adultos, estamos a falar de adolescentes que têm um grau de autonomia diferente e estamos a falar de computadores que não são para o Ministério da Educação, não são para as escolas, são para as famílias, o que é muito diferente. E o Ministério da Educação nunca antes tinha tido um programa de apoio às famílias. Nem o Ministério da Educação nem governo nenhum!

Portanto, é o primeiro programa que se lança...

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Desculpe, o *Magalhães* era para as escolas?

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues (Ex-Ministra da Educação): — O *Magalhães* é para as famílias, já lhe expliquei.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — O e.escola também!

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues (Ex-Ministra da Educação): — Não!

O Sr. Bruno Dias (PCP): — O e.escola não é para as famílias? Acabou de dizer que era.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Bruno Dias...

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, queria só pedir um esclarecimento muito concreto, que decorre desta informação (aliás, à semelhança das outras reuniões), e que tem a ver com o seguinte...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem sido prática deixar fazer uma ou outra precisão no decorrer das explicações que são dadas à Comissão de Inquérito.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — É isso que estou a fazer!

O Sr. Presidente: — A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues já percebeu qual é o ponto que o Sr. Deputado está a focar.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — É que eu tenho ideia que não, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Mas eu tenho ideia que sim, portanto, vamos ouvir até ao fim as explicações da Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues.

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues (Ex-Ministra da Educação): — O programa e.escola, quando é lançado, é um programa de apoio às famílias.

Na escolha das famílias a apoiar, o Ministério da Educação tem um papel muito importante, porque ajuda a configurar o programa. São as famílias com alunos no 10.º ano. É essa decisão que é tomada, em primeiro lugar. E a seguir as famílias que têm alunos no 11.º e 12.º anos. A seguir as famílias que têm alunos no 9.º ano e a seguir as famílias que têm alunos no

8.º ano e por aí fora até chegar ao 5.º ano. Chega ao 5.º ano e pára, porque a metodologia não podia ser a mesma.

Esta é a responsabilidade do Ministério da Educação. Conhecer os seus alunos, conhecer a realidade das escolas.

Mas o programa e-escola é um programa de apoio às famílias que evidentemente beneficia as escolas, e muito, porque muda completamente a possibilidade de relação das famílias com as escolas, dos professores com os seus alunos.

Se o Sr. Deputado tiver oportunidade de falar sobre esta questão ou de visitar escolas verificará o enorme potencial que isto continha já concretizado das escolas, que desenvolveram plataformas, blogues entre os professores e os seus alunos, blogues por turma, blogues por ano de escolaridade, blogues por escola. Para lhe dar apenas um exemplo, uma comunicação mais fácil sobre faltas, sobre trabalhos de casa, que mudou completamente.

Mudaram também as condições de acesso à informação e ao conhecimento por parte de muitos destes alunos. Muitos alunos passaram a ter condições de acesso à informação e ao conhecimento que antes não tinham, a não ser na escola. Passaram a ter acesso a essa informação a partir de casa, mudando completamente a possibilidade de trabalho e estudo individual.

Quando chegamos ao 1.º Ciclo, as condições mudam. As crianças com 10 anos não têm as mesmas capacidades e competências que têm os adolescentes. Portanto, foi necessário mudar.

Já expliquei também ao Sr. Deputado que eu própria hoje, feito o balanço, entendo que poderíamos ter equacionado algo misto para os alunos do 2.º Ciclo, sobretudo os do 5.º ano, porque não estão tão longe assim da realidade dos de 10 anos.

Portanto, penso que há aqui uma atenção que se pode ter e um papel que é dado à escola, que é um papel de mediação da relação entre as crianças e as suas famílias.

É claro que pode ser mais do que isso, mas é, sobretudo, esse papel.

Por isso, não posso aceitar que o Sr. Deputado faça considerações do tipo: que foi uma «oportunidade perdida». Não sei porque entende que foi uma «oportunidade perdida», com tudo o que se conseguiu com este programa. Penso que não foi uma «oportunidade perdida» nem para a escola, nem para as famílias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Se quiser, eu explico. Para ajudar a perceber.

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues (Ex-Ministra da Educação): — Não foi uma oportunidade perdida nem o Ministério da Educação esteve ausente, como o Sr. Deputado pode verificar, por tudo o que lhe disse.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues, das notas que tenho, julgo que ficou apenas por responder a questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Bruno Dias de por que é que tudo conduziu ao *Magalhães* e por que é que o *Magalhães* foi a única opção no programa e.escolinha.

De resto, julgo que respondeu a todas as questões.

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues (Ex-Ministra da Educação): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bruno Dias, tenho a noção de que já ouviram muitas pessoas envolvidas neste processo e que sabem que o *Magalhães* não foi a única escolha.

Foram feitas especificações técnicas.

Se me permite, Sr. Deputado, penso que a pergunta está errada. Isto porque o que é preciso é identificar o que é que estava errado nas especificações técnicas que foram feitas. Ou seja, o que é que, das especificações técnicas feitas, induz a que se só pode comprar *Magalhães*. Não há uma especificação técnica relativamente à qual o Sr. Deputado possa dizer: «Isto é o *Magalhães*». Não estava dito que a capa tem de ser azul ou vermelha. Não estava! As especificações técnicas tinham em atenção as necessidades das crianças do 1.º Ciclo. O que se sabe já, o que é o equipamento disponível no mercado.

Em algumas escolas havia equipamento que estava disponível, mas não tinha preços competitivos como veio a ter o *Magalhães*. Não tinha algumas das características que veio a ter o *Magalhães*. Mas não há razão alguma para que o Estado, quando define especificações técnicas, não aponte para o melhor em termos de condições e para o preço mínimo.

Ora, foi isso que foi feito. A minha pergunta, se me permite que faça também uma pergunta, é o que é que há de errado nas especificações técnicas que o Governo fez? Não consigo nada de errado nem nada que diga «Está aqui pintada a cara do *Magalhães*». Não estava pintada a cara do *Magalhães*!

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Posso ajudar, Sr. Dr.ª?

A Sr.ª Prof.ª Dr.ª Maria de Lurdes Rodrigues (Ex-Ministra da Educação): — Penso que já respondi à questão.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, se me dá licença, falta só a resposta a três questões.

O Sr. Presidente: — Não é a nota que tenho aqui, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Falta responder à questão concreta da não inclusão de *software* livre no programa e.escola.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, essa questão já foi respondida. Eu, pelo menos, ouvi a Sr.^a Prof.^a dizer que, no âmbito da autonomia dos alunos, com esse nível etário, isto é, dos adolescentes, com esse grau de autonomia, eles podiam optar. Coisa que não acontecia em relação aos anos mais novos. Foi o que ouvi, mas o Sr. Deputado pode não estar satisfeito com essa resposta.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Mas é o problema de, na especificação, essa alternativa não ser colocada.

Depois, há o problema da definição da linha de fronteira entre aquilo que se discutia no Grupo de Trabalho UMTS, em 2000 e 2001, entre a actividade comercial das empresas e o seu interesse comercial e a obtenção de lucro e actividade económica normal *versus* o tal interesse público e a prossecução dos objectivos de contrapartidas em termos do concurso.

Finalmente, a questão de ter existido um computador apresentado antes de as especificações terem sido lançadas.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, podemos precisar essas questões na segunda ronda de perguntas?

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues (Ex-Ministra da Educação): — Sr. Presidente, se me permite, eu ainda gostava de responder. Não tinha tomado nota de uma das perguntas, mas gostaria de referir-me à questão do lucro dos operadores.

Em relação a esta matéria, não sei o que responder ao Sr. Deputado, porque, de facto, mal comparado, isto significava que nós não deveríamos distribuir, por exemplo, leite às crianças do 1.ª Ciclo, porque os produtores de leite vão ter lucro com essa distribuição. Ou não comprávamos outro tipo de equipamento porque há o problema dos fornecedores, que vão ter lucro com esse fornecimento.

Ó Sr. Deputado, nós vivemos numa economia de mercado. O Governo defendeu o interesse público, estipulando um preço mínimo com base no estudo das condições de mercado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Se calhar é um preço máximo.

A Sr.ª Prof.ª Dr.ª Maria de Lurdes Rodrigues (Ex-Ministra da Educação): — Sim, um preço máximo. Peço desculpa.

É esse o dever do Estado. É assim que se faz, aliás, em todas as contratações, concursos, programas. Estipula-se o gasto máximo, tendo em conta a realidade de mercado.

O que o Sr. Deputado me pergunta é mais do que isso. É quanto é que os operadores ganharam.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — É a distorção do mercado.

A Sr.ª Prof.ª Dr.ª Maria de Lurdes Rodrigues (Ex-Ministra da Educação): — O que penso é que, em consciência, procurámos defender o interesse público e, sobretudo, o que (não sei se o Sr. Deputado tem alguma ideia) é de uma enorme dificuldade, que é encontrar o ponto de interesse comum, o que pode ser bom para as famílias, que o Governo considere que é de interesse público e algo onde os operadores ou fornecedores de

serviços vejam também algum interesse no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

Isto é que é verdadeiramente difícil. Não é por acaso que demorou mais de seis anos a conseguir encontrar este projecto. Não é porque as pessoas envolvidas tivessem poucas capacidades, não é porque houve má vontade, é porque é verdadeiramente difícil (digo-lhe eu, dada a minha participação nesses grupos de trabalho) a negociação com esses operadores.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues, é com muito gosto que a revejo aqui na Assembleia da República.

Durante anos habituou-nos à sua clareza e persistência, numa linha de pensamento para a educação que entendia como a melhor política para o País. Sempre me identifiquei com a linha política que desenvolveu no nosso país, enquanto Ministra da Educação, e, como dizia a minha avó, «atrás de mim alguém virá que de mim bem dirá». Portanto, congratulo-me imenso pela circunstância de a ver aqui hoje.

Sr.^a Prof.^a, naturalmente que leu a resolução da Assembleia da República que tem em vista analisar um conjunto de situações, nomeadamente aquelas relacionadas com a Fundação para as Comunicações Móveis e a sua actividade e também com os programas que foram estabilizados pelo último governo ao longo deste tempo.

No entanto, temos de fazer uma reflexão sobre as suas doudas palavras.

Disse-nos, aqui, que tem sido muito difícil concretizar as acções que estão nas propostas do Governo aquando do concurso público dos telemóveis comumente chamados telemóveis de 3.^a geração.

Para ver a dificuldade que nos referiu na última parte da sua intervenção, ontem tivemos aqui o presidente da Vodafone, que nos deu aqui uma notícia: disse-nos que já era intenção do governo do PSD criar esta Fundação (que só foi criada por escritura pública em 2008) em Fevereiro de 2003, dotá-la de 25 milhões de euros e criá-la como Fundação da Sociedade da Informação. Isto de acordo com uma informação que aqui nos foi dada.

Portanto, tivemos de esperar desde 2003 até 2008, em que 25 milhões de euros, que deveriam estar afectos desde 2003 à Sociedade da Informação e do Conhecimento, estiveram nas mãos das operadoras.

É preciso referir isto. Eu sei que não é culpa de ninguém. Foi a dificuldade em operacionalizar esses 25 milhões e esse instrumento. Por melhor que as pessoas fizessem, por mais boa vontade que os governantes do PSD e do PS tivessem, o que é facto (e aqui a Comissão só apura factos, não emite juízos de valor) é que, em 2003, o PSD determinou a criação da Fundação para a Sociedade da Informação com uma dotação de 25 milhões de euros. Facto: só se conseguiu implementar, instituir essa Fundação em Setembro de 2003. Facto: de 2003 a 2008, esses 25 milhões de euros, que deveriam estar afectos à Sociedade da Informação, não estiveram afectos à Sociedade da Informação.

E depois, temos aqui muitos requerimentos. Ainda hoje recebi uma resposta do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, porque temos tido aqui muitos requerimentos dos Srs. Deputados da oposição a dizer: «Digam lá onde é que estão a aplicar esses 25 milhões de euros. Onde é que estão os planos dos contributos».

Quero dizer, desde 2003 a 2008, ou durante pelo menos os três anos em que estiveram no poder, nada foi feito para aplicar estes 25 milhões de euros. E agora, nesta Comissão, estão, à pressa, a dizer: «Diga lá se essa Fundação, que tem de operacionalizar milhões de actos...», porque, como a

Sr.^a Prof.^a referiu, estão em causa a monitorização de milhões de actos. Porque, se tivermos de monitorizar quatro actos por 1,2 milhões de computadores, estão aqui cinco ou seis milhões de actos que têm de ser operacionalizados, num programa que distribuiu 1600 computadores por dia, durante dois anos.

Portanto, é preciso ter a noção e a dimensão da matéria de facto de que estamos aqui a falar, para depois emitir juízos de valor, alguns, de forma muito leve e muito solta, diria eu, e leviana até, que têm sido aqui transmitidos à comunicação social, por alguns dos Srs. Deputados, que se preocupam em dar muitas entrevistas, nos corredores, quando a nossa obrigação é apurar matéria de facto.

Portanto, quero aqui realçar, da sua intervenção, e que me confirme, esta dificuldade que existiu. E, aqui, a Sr.^a Professora tem uma grande experiência, porque participou no Grupo de Trabalho UMTS, como representante da Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação, de que li as actas, vi os resumos das intervenções que foram referidas e, neste negócio do concurso público dos telemóveis de terceira geração, estamos confrontados com uma nova novidade, como a Sr.^a Professora aqui disse, novidade, essa, que também foi reconhecida por outros ministros do PSD. Vou-me reservar, se calhar, para juntar aqui umas actas de umas reuniões em que esta matéria foi escalpelizada, mas, depois, quando chegar o momento, verei se as juntarei ou não. E tanto é que o PSD requereu a vinda aqui do Sr. Presidente da Comissão Permanente de Contrapartidas, logo no início desta Comissão, mas, depois, a meio do percurso, percebeu que isto não eram contrapartidas, no sentido técnico daquilo que diz respeito à Comissão Permanente de Contrapartidas, nacional, do País, do Estado português, e então retirou o pedido da vinda do Sr. Embaixador Catarino, e bem, porque isto, na verdade, nada tem a ver com contrapartidas.

Se lermos as propostas das operadoras, quando foram a concurso, e as licenças e os contratos resultantes da atribuição dessas licenças, verificamos que o que lá está é que os operadores se propõem duas coisas: contribuir para a participação em projectos que sejam, eles próprios, promotores do desenvolvimento da sociedade da informação, em conjugação com o Governo e no quadro das políticas definidas pelo Governo para essa área; realizar, durante um prazo de 15 anos, ou seja, durante o prazo de validade das licenças, acções comerciais, próprias delas, que, também elas, favoreçam o desenvolvimento da sociedade da informação. Portanto, temos aqui, nas chamadas «contrapartidas», dois tipos de contrapartidas, porque estou a utilizar comumente a palavra «contrapartidas», quando sabemos que não são contrapartidas: umas são a participação das operadoras nas acções ou projectos definidos pelo Governo; outras são as ofertas especiais que se comprometeram a realizar, algumas das quais, até, com o decorrer e a evolução da sociedade e da própria tecnologia, tornaram-se desajustadas, como a Sr.^a Professora aqui disse, e seriam até irrealizáveis ou inúteis.

Nesta segunda parte, há um interesse económico das operadoras, como é evidente, que fazem as propostas no sentido da massificação, por exemplo, da banda larga, que também representa um retorno para elas, comercial, operacional. É que aqui ninguém dá nada a ninguém, de borla, aqui há uma relação sinalagmática entre as operadoras e o Governo, tendo em vista um desiderato, que é o da promoção da sociedade da informação — um interesse público, como a Sr.^a Professora disse —, e um segundo interesse público, também, mas realizado pelos privados, através das suas obrigações para as ofertas especiais, que estabilizaram quando foram a «jogo», ao concurso público.

Lembro-me também de haver já, nas actas das reuniões do UMTS, em que a Sr.^a Professora participava, para esta primeira vertente, quatro

projectos estabilizados. E tanto assim é que, quando a OnyWay sai, as outras três operadoras ficam obrigadas à concretização desses quatro projectos. Tinham consultores próprios — a Mackenzie, a Accenture e outras, de que agora não me lembro —, que estavam a materializar esses projectos contratados pelas operadoras. Isto é verdade! E a Sr.^a Professora, numa reunião, introduz, efectivamente, a questão da educação e fá-lo, porque sabia que tinha de haver adesão dos operadores a essa ideia do Governo, já que o Governo não podia dizer «o senhor tem de aderir a esta ideia».

O Prof. Dr. Diogo Vasconcelos, quando substitui a Sr.^a Professora, refere também, numa acta, que esta ideia da educação, como a Sr.^a Professora sabe, e de as operadoras apostarem na educação e no desenvolvimento da sociedade da informação, por via da educação, é determinante. E, para isso, era preciso o quê? Era preciso, obviamente, atenta a circunstância de as operadoras terem 15 anos para realizarem as suas ofertas especiais, terem um plano de negócios a 15 anos... Obviamente, depois, haveria o retorno, consoante o investimento. Se tornam exponencial a banda larga em Trás-os-Montes,...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Sr. Ramos Preto (PS): — Termina já, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, se tornam exponencial a banda larga em Trás-os-Montes, onde havia dificuldade de acesso, obviamente, depois, se houver muita gente a aderir, há um retorno. E aí é que se consegue, num certo momento, a adesão a este programa. Mas este programa, pela sua dimensão, em termos financeiros, e estamos a falar de 0,5% do PIB português... É que, às vezes, andamos aqui nas nuvens, a dar entrevistas nos corredores, e esquecemo-nos da matéria de facto! Estamos a falar de

0,5% do PIB, Sr.^a Professora! Nesta matéria, o Estado não podia actuar, de ânimo leve, perante os operadores, desde logo, porque os operadores também não são o merceeiro da esquina, com todo o respeito pelo merceeiro da esquina. Estamos a falar de três operadores, que são duas ou três multinacionais, pelo menos, duas, porque não sei se a Sonaecom é ou não, mas as outras duas são multinacionais, uma das quais de origem portuguesa, onde o Estado tem, inclusive, uma *golden share*, que é a TMN, que têm responsabilidades sociais e comerciais, que movimentam biliões de euros por ano, na sua gestão. Portanto, era preciso, nesta relação contratual a estabelecer com o Estado, que se concebesses os programas a que essas empresas iam aderir e que se estabilizasse a forma de monitorização da aplicação das ofertas especiais, agora transformadas, agora contratualizadas, novamente, com o Governo, embora elas estivessem contratualizadas *ab initio*, quando as operadoras apresentaram os seus programas. Portanto, há aqui uma preocupação profunda do Governo, de instituir um mecanismo de monitorização destes fluxos financeiros e destas ofertas, atenta a circunstância de, inclusive, pelos motivos que a Sr.^a Professora aqui referiu, estarmos a direccionar programas para crianças carenciadas e ser necessário que a acção social escolar, que a Sr.^a Professora altera, numa certa fase do processo, e bem, dando mais possibilidades a essas crianças de aderirem quer à banda larga, quer à aquisição dos computadores. Era, pois, necessário monitorizar esses milhões que iriam ser canalizados para suprir as carências e as necessidades das crianças mais desfavorecidas deste País, que, se assim não fosse, nem hoje, teriam ainda acesso à banda larga ou ao computador Magalhães, ao e.escolinha. Isto, independentemente da maior desvalorização política que se faça aqui, nesta Comissão.

Era sobre o impacto desta medida que gostaria de ouvir a Sr.^a Professora pronunciar-se.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues.

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ramos Preto, o que quero sublinhar é que, de facto, aponta para as dificuldades de negociação, que foram reais, e não apenas tendo em atenção as propostas dos próprios operadores, já aprovadas em sede de atribuição das licenças, mas também houve dificuldade em identificar, no conjunto vasto da estratégia para a sociedade da informação... E devo dizer que todos os Governos, desde o Governo de 1996, altura em que se definiu, pela primeira vez, o sector de desenvolvimento da sociedade da informação como um sector de intervenção do Estado, tiveram sempre uma estratégia para a sociedade da informação. Mesmo o Governo do PSD, em 2002/2003, tem uma estratégia para o desenvolvimento da sociedade da informação, que envolve medidas. Foram esses planos de acção que orientaram o trabalho, tanto em sede de UMTS como noutras intervenções que foram feitas.

Alguns projectos, continuados no tempo do Governo do PSD, tinham sido lançados por nós. Estou a lembrar-me da *b-on* (Biblioteca do Conhecimento *Online*), enfim, de uma série de projectos que lançámos, que a UMIC e o trabalho da equipa do Dr. Diogo Vasconcelos continuaram, tendo a percepção de que havia dificuldade, e que, depois, o Governo do Partido Socialista retomou.

Mas projectos como o e.escola, e outros que são lançados, não são medidas avulsas, inscrevem-se na estratégia para o desenvolvimento da sociedade da informação, que está escrita, que foi divulgada, e encontrarão algumas das medidas e acções, e até metas, que ali foram estabelecidas.

No Ligar Portugal até encontra metas muito ambiciosas, no que respeita à penetração da *Internet* nas famílias e nos lares. Conseguimos um progresso extraordinário — não sei se ultrapassámos ou não a média da União Europeia mas estamos, seguramente, entre os melhores países — e passámos de qualquer coisa como 17% para uma penetração superior a 50%. Não tenho a ideia dos números, de forma precisa, mas no *site* do Plano Tecnológico, no *site* da UMIC, encontrarão os resultados deste impacto.

Há outros indicadores, que não estão na estratégia nem nos indicadores internacionais, que são apenas utilizados pelos operadores, mas que podem e devem, na minha opinião, ser solicitados, os quais dão uma ideia ainda mais profunda, digamos assim, das mudanças que foram introduzidas.

Um indicador produzido pelos operadores, que dá conta, ao longo das horas do dia, da intensidade de utilização e do número de acessos à *Internet* e do que mudou em resultado do programa e.escola — eles têm essa monitorização antes e depois do programa e durante todo o programa —, é absolutamente extraordinário, aliás, um dos indicadores multiplica por um factor 3000. É isto que dá bem conta do que são os impactos do programa.

Alguns dos impactos ainda são medidos, na minha opinião, superficialmente, porque, quando se fala da percentagem de lares com acesso à *Internet* diz-se pouco no que respeita às utilizações, são necessários outros indicadores, mas alguns podem ser proporcionados pelos operadores, outros estão disponíveis em estudos mais precisos.

Há muito tempo — que eu saiba, pelo menos desde 2000 — que estava identificada a necessidade de intervenção do Estado nesta área, sobretudo em países como Portugal, em que a desigualdade económica é ainda muito acentuada, em que estamos, nesse ponto, não com a melhor

situação, quando comparada com a dos outros países, pelo que se justificava mais no nosso País do que em outros países. Há muito tempo, pelo menos desde 2000, que organismos internacionais, grupos de trabalho, no quadro da União Europeia, apontam para a necessidade de intervenção no âmbito das famílias, e não apenas da escola. É muito interessante um dos últimos relatórios da OCDE sobre as tecnologias de informação e comunicação e o desenvolvimento da sociedade da informação, que diz que, no início, a preocupação era a ligação de todas as escolas à *Internet*, a seguir sucedia-se o indicador da percentagem de lares com computador ou ligados à *Internet*, hoje, o indicador é o número de jovens com acesso a portátil. E é muito interessante como as coisas e as exigências vão evoluindo, em termos não apenas da observação e da análise do que é o desenvolvimento da sociedade da informação, como também daquilo que é a necessidade de intervenção do Estado nesta área.

Portanto, penso que o impacto já se sente, aliás, testemunhei que se começou a sentir dois meses depois do lançamento do programa, mas parece-me que o futuro dirá mais sobre esta medida. O facto de termos, hoje, uma geração de jovens, em que toda a população escolar teve acesso a um computador, pode mudar muito as competências que esta população, em adulta, terá, no que respeita às condições de participação, de desenvolvimento individual, de acesso a conhecimento e informação. E o computador não se confunde com outro material escolar, o computador é verdadeiramente excepcional, no quadro das tecnologias de informação e comunicação. Não se confunde com um telemóvel, aliás, recordo-me bem de que este foi um diferendo com os operadores, porque, à época, era difícil entender a diferença, do ponto de vista do potencial de desenvolvimento, como não se confunde com outro equipamento, tem uma especificidade que reside no facto de ser uma ferramenta de acesso a informação e a conhecimento transversal, que serve todas as áreas disciplinares. É hoje,

diria, mal comparado, o equivalente à caneta ou a um instrumento de trabalho indispensável para tudo, para todas as actividades escolares e de trabalho. Seguramente, esta geração terá outras condições de desenvolvimento que as gerações anteriores não tiveram.

O Sr. Presidente: — Para formular as suas perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Prof.^a Maria de Lurdes Rodrigues, antes de mais, os meus cumprimentos.

Numa nota prévia, gostaria de procurar recentrar o debate e o âmbito da Comissão, já que não estamos aqui para discutir méritos de iniciativas, estamos, sim, a tentar perceber se a concretização de algumas destas medidas foi de acordo com aquilo que, na nossa opinião, devem ser as boas práticas de gestão dos dinheiros públicos. É exactamente neste âmbito que irei procurar colocar as minhas questões.

Da análise histórica, e a Sr.^a Professora também teve oportunidade de explicar aqui o seu trajecto pré-2005, de facto, para nós, resulta claro que a Sr.^a Professora teve um papel importante no Grupo de Trabalho, enquanto representante da Comissão Interministerial para a Sociedade de Informação, um trabalho bastante proactivo pela leitura das actas onde, para nós, fica claro que a Sr.^a Professora procurou ao longo destes anos suscitar e levar propostas para essas reuniões.

Ao contrário do que já aqui foi dito, da leitura da acta de 4 de Abril de 2001, fica-nos a certeza de que uma das propostas que a Sr.^a Professora fez foi a da possibilidade de criação de fundações para se poder articular isto.

Ora, eu gostaria de precisar esta matéria, porque esta afirmação contraria algumas das coisas que foram sendo ditas sobre quem teve a

iniciativa de escolher este modelo - e esta é uma questão que eu gostaria de ver respondida.

Por outro lado, há um outro problema que nos causa alguma estranheza e que tem a ver com o seguinte: a Sr.^a Professora esteve, numa determinada fase, envolvida no arranque de tudo isto, em 2000/2001, quando exerceu funções neste grupo de trabalho, e, anos depois, foi Ministra da Educação de um governo que acabou por concretizar todas estas medidas.

A questão que eu gostaria de tentar perceber é a seguinte: de que forma o seu *know how* foi incorporado aqui? E isto porquê? Porque, depois, do ponto de vista do observador externo, vimos que o seu ministério parece que teve um projecto paralelo, pois havia um Plano Tecnológico Nacional, mas para a educação havia um plano tecnológico específico e havia um conjunto de medidas que foram dirigidas sobretudo para a escola, como acabou por dizer aqui.

Assim sendo, eu não consigo perceber - e peço desculpa por isso - qual foi o papel do Ministério da Educação na definição, porque aquilo que a Sr.^a Professora acabou por dizer foi que o papel do Ministério da Educação foi o de escolher o destino a dar aos computadores que seriam para as famílias com alunos no 10.º ano. Pergunto: foi só a esse nível de decisão que o Ministério da Educação esteve envolvido?

Depois, a Sr.^a Professora fez o raciocínio todo, chegou ao 5.º ano e parou, porque era necessário, como disse - e esta é uma matéria que até merece a minha concordância -, refazer todo o procedimento quando estamos a falar de crianças do 1.º ciclo.

A Sr.^a Professora também deu nota do sucesso imediato da adesão de 200 000 famílias, dizendo que passados dois meses já havia... Bom, nós já fomos percebendo, ouvindo os operadores, que passado, digamos, o período do entusiasmo, as taxas de retenção na banda larga, ou seja de

manutenção, são muito pequenas, ou seja há uma taxa de abandono muito grande por parte das famílias na ligação à *internet*. Aliás, foi-nos dito e penso que isso tem a ver, se calhar, com a forma como ligamos todos estes programas e com a forma como eles foram avaliados, porque, na nossa opinião, não houve um tempo de maturação suficiente do próprio programa para se poder fazer uma avaliação onde se englobassem todas as situações, porque quando falamos em Sociedade de Informação, estamos a falar muito mais da oportunidade e da necessidade de aceder à *internet* do que da necessidade de termos um processador de texto mais evoluído.

Portanto, os dados que fomos recolhendo nas audições com os operadores deram-nos nota dessa avaliação.

Depois, há outra questão que gostaria de perceber, que tem a ver com o e.escolinha e com o Magalhães, e que visa saber quem é que definiu as características.

Também isto tudo tem a ver com a questão temporal, ou seja aquilo que nos é disponibilizado nos documentos permite verificar que as características foram escolhidas, e posso estar errado, depois da apresentação pública do famoso novo e único computador português, apresentação essa que foi feita com a presença do Sr. Primeiro-Ministro.

Ora, a explicitação deste ponto é determinante para a Comissão de inquérito tentar perceber de que forma é que isto foi feito.

Também gostaria de perceber se, enquanto Ministra da Educação, no seu envolvimento no lançamento do e.escolinha, alguma vez contactou com a JP Sá Couto, teve reuniões com estes parceiros, com os fornecedores, com Intel, com a Microsoft no sentido da definição das tais características. Quem é que definiu as características? Foi o Ministério das Obras Públicas ou foi o Ministério da Educação? É que isto leva-nos para a questão dos conteúdos que estão dentro do computador... Houve ou não a participação do seu ministério? E aqui não se trata dos erros de *software* ou dos erros

ortográficos, essa foi uma questão que tivemos no passado na Comissão de Educação, mas, sim, da questão de saber quem definiu, repito, as características do computador.

Gostaria, ainda, de precisar melhor uma questão que já levantei e que é a seguinte: neste momento, temos a prossecução destes programas através de um concurso público que o Ministério da Educação vai fazer.

Ora, foi-nos dito pelo Presidente da Fundação que, até Setembro de 2009, estavam gastos cerca de 850 milhões de euros, ou seja, gastou-se muito para além do valor que estava estipulado para as contrapartidas, sendo que já havia mais de 200 milhões de euros que foram gastos pelo Estado, e eu gostaria de saber por que é que não houve a observância de regras concursais para esta fatia significativa de dinheiros públicos.

Neste momento, verificamos que o actual Governo já só vai por aí e, aproveitando o facto de a Sr.^a Professora ter sido uma peça importante no arranque destas decisões, o facto de ter estado na Unidade de Missão no início da década de 2000, e de, depois, ter estado como Ministra da Educação que decidiu, pergunto-lhe, sendo certo que, como aqui se disse, cabia ao Ministério da Educação monitorizar a facturação, então não se pode dizer que não sabia que já se tinha ultrapassado o limite, que não sabia quanto dinheiro é que já tinha sido gasto, que não sabia quanto dinheiro é que estava a ser suportado pelas famílias, pelos beneficiários, que também contribuíram para isto com o que pagaram, pergunto-lhe, repito, qual era a fatia que estava envolvida nestes dinheiros públicos através daquilo que o Estado foi pagando para a prossecução destes objectivos.

Por isso, gostaria saber se estas interrogações nunca se lhe colocaram ou se a Sr.^a Professora, a determinado momento, terá dito: alto!, isto já ultrapassou os limites das contrapartidas, há aqui já muito dinheiro público financiado pelo Governo, não será, então, altura de alterar os

procedimentos? E pergunto-lhe isto no sentido de dar aqui uma maior transparência aos processos que estão na base da constituição desta Comissão de inquérito.

Numa primeira abordagem são estas as questões que eu gostaria de ver esclarecidas.

Entretanto assumiu a presidência a Sr.ª Vice-Presidente Paula Barros.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Professora Maria de Lurdes Rodrigues.

A Sr.ª Dr.ª Maria de Lurdes Rodrigues: — Sr. Deputado, vamos ver se consigo ajudar a esclarecer as suas preocupações.

Gostava de sublinhar, de novo, que a acção dos membros do Governo, ou da Administração, no caso da minha participação no grupo da UMTS e depois como Ministra da Educação – e isto é comum a todos os membros do Governo e da Administração – não é uma representação individual; eu não considero que isto tenha sido a minha acção, ou eu e a minha cabeça... Sim, sou eu e a minha cabeça, mas sou eu, a minha cabeça e um plano estratégico que o Governo tem.

Portanto, todas as medidas, sejam as apresentadas ou discutidas no quadro do grupo de trabalho da UMTS, sejam, mais tarde, já com o governo do PS e comigo como Ministra da Educação, aquilo que se discutia, as propostas que se equacionavam, tudo isso nos remetia para a estratégia do Governo no âmbito da Sociedade de Informação.

Da iniciativa *internet* eu nem me recordo bem se era assim que se chamava, eu não consegui encontrar rastros deste documento. Do Ligar Portugal esse documento não é assim tão antigo e está disponível na página

da UMIC, sendo que, provavelmente, é possível encontrar todos os outros documentos e é nesses documentos, para além das GOP e do Programa do Governo, que estão identificadas as acções que devem enquadrar as iniciativas do Governo.

Portanto, tanto na minha qualidade de representante do Ministério da Ciência do grupo do UMTS, como, mais tarde, como Ministra da Educação aquilo que procurei fazer foi defender o ponto de vista do sector que me era mais próximo.

E, repare que eu ainda nada tinha a ver com a educação e já nessa altura a minha percepção era a de que no conjunto das medidas que o Governo tinha inventariado a da educação era a que poderia alavancar, que poderia fazer a diferença.

Repare: o meu papel é o de quem negocia e de quem se adapta. Foram aprovados quatro projectos, e eu estava lá, envolvendo determinado montante de investimento e eu considerei que aquilo nunca nos levaria a lado nenhum, mas, pronto, foi o possível.

E é assim: foram-se dando passos naquilo que era possível, nunca desistindo. E é preciso ter persistência, capacidade de resistir e de lutar por aquilo que são as nossas convicções. Mais tarde houve a oportunidade, até, de os operadores compreenderem, mas foi necessário passarem cinco ou seis anos, foi necessário que se tivesse concretizado algum progresso tecnológico, que o equipamento tivesse mudado e que as expectativas dos operadores se adequassem a novas realidades, para podermos avançar.

Portanto, acho que há um conjunto de circunstâncias que permitem fazer ou não fazer.

Nós temos responsabilidades, mas não gostava que ficasse aqui a ideia que eu era quem tinha tido aqui um papel de relevo; acho que houve várias pessoas que trabalharam para se conseguirem concretizar estes objectivos. Acho que o Ministério das Obras Públicas teve o mérito de

conseguir negociar e eu sei bem a dificuldade que era negociar com os operadores – aliás, várias vezes congratulei tanto o Sr. Eng.º Mário Lino como o Secretário de Estado pelo facto de terem conseguido concretizar estas medidas. Acho que só quem tem a experiência de negociar é que sabe como isso, por vezes, é difícil e, portanto, o que eu gostava de sublinhar é que qualquer dos governos, tanto os do PS, de António Guterres, quer o do PSD, quer os dois do PS, de novo, têm tido programas de acção para a Sociedade de Informação, têm tido uma estratégia e é para aí que se devem remeter a compreensão, o entendimento, do que é que são estes projectos.

E num e noutro governo do PS o apoio às famílias no acesso aos computadores e ao acesso à *internet* era já uma linha de intervenção percebida como muito importante.

Assim, procurei dar o meu melhor, mas a minha iniciativa era a do Governo naquilo que tinha determinado num caso e noutro como sendo importante para o desenvolvimento da Sociedade de Informação.

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): - Era a porta-voz!

A Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — Sim, representava. Representar significa isso mesmo, não é? Quando estamos em representação de uma instituição representamos a instituição e, portanto, num caso e noutro claro que fico muito satisfeita por mais tarde ter sido Ministra da Educação e ter conseguido concretizar, mas isso não é apenas mérito meu. Não tivessem o Ministro das Obras Públicas e o Secretário de Estado conseguido negociar e convencer os operadores não teríamos tido programa nenhum. Portanto, acho que também, é necessária alguma humildade nestas coisas.

Estou de acordo consigo quando diz que é cedo para avaliar todo o programa e os seus impactos... Aliás, eu não tinha informação de que há

desistências, mas a Fundação, numa plataforma que foi criada e que liga todos os operadores, tem condições de ter acesso a esta informação e tem condições de intervir e de perceber o que é que se está a passar.

De facto, eu não tinha esta informação, mas é importante que ela possa ser utilizada para inovar, para ajustar todos os programas, sobretudo quando têm este carácter inovador, pois necessitam de uma atenção e de um acompanhamento que nos permita, depois, ajustar e fazer as alterações que se verificarem necessárias.

Todavia, também estou de acordo consigo quando diz que o mais importante são as ligações à *internet*, é a possibilidade de acesso à *internet*, sendo que o computador é um meio, para o processamento da informação é muito importante – aliás, também se acede à *internet* através do telemóvel, mas não é a mesma coisa –, é absolutamente essencial, mas o que marca a diferença, como eu disse, e a própria evolução dos indicadores no quadro da OCDE dão conta disso, é, em primeiro lugar, a ligação das escolas à *internet*, depois a ligação das famílias à *internet* e, agora, já é o número de jovens e estudantes que têm portáteis, e isto dá conta das novas exigências que se colocam ao equipamento e às suas utilizações.

Quanto à sua pergunta directa sobre como, quem e em que condições é que foram definidas as características para o computador que acabou por ser adquirido para as escolas do 1.º ciclo, o Magalhães, eu não lhe posso precisar, porque isso foi trabalho técnico.

Tomada a decisão, e nisso participei, porque era uma enorme responsabilidade e era uma novidade na intervenção, digamos assim, que exigia uma atenção diferente, de que se alargasse às crianças do 1.º ciclo, com um papel central na escola e em que condições é que isso se faria, com dois sistemas operativos e não apenas com um, porque já se exigia uma utilização na escola que os computadores portáteis dos alunos do básico e do secundário não o exigia e, portanto, tinha exigências na definição das

características enquanto os outros computadores para os alunos mais crescidos e com mais competências não requeriam do Ministério da Educação essa intervenção paternalista, digamos assim. Mas, neste caso, era necessário e, portanto, fizemos o nosso melhor, tendo, mesmo assim, tido problemas, como sabe e bem lembrou, com o *software* livre, com erros, com falta de cuidado, o que, depois, exigiu a nossa intervenção no sentido de repor e de corrigir tudo isso. Porque, justamente, não era o Ministério da Educação que estava, nem tinha contratado esse serviço e, portanto, foi necessário chamar...

Se me pergunta se reuni com a JP Sá Couto, respondo-lhe que reuni nessa altura, em que os chamei e lhes disse «ou tiram esta...», como chamei a Caixa Mágica, os senhores do *software* livre, e combinei com eles como é que aquilo se removia; e o Ministério da Educação ajudou, tivemos uma equipa de técnicos a trabalhar com eles, durante mais de uma semana, a limpar e a verificar todo aquele *software*.

Ora, pergunta-me: «Como se passou?» Sei que se passou, sei que houve reuniões de trabalho e que os técnicos conversavam, falavam, acertavam e diziam «teste para aqui, teste para ali» — como estas coisas se fazem, normalmente. E, portanto, essa altura atravessa também todo este período. Há duas...

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Sr.^a Presidente, permita-me esta interrupção, só para confirmar uma questão.

A Sr.^a Presidente (Paula Barros): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Está a referir-se a essas reuniões de trabalho que levaram à definição das características dos computadores?

A Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — Estou a referir-me às características do *software*.

Pode ter havido, imagino que houve troca de informação sobre as características do equipamento, é normal que assim seja, mas...

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): — Peço desculpa, estamos a falar de coisas diferentes...

A Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — A minha intervenção é posterior, a minha intervenção é na altura do erro...

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Exactamente, é isso!

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): — Estamos a falar de coisas diferentes!

A Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — Na segunda-feira, a seguir àquele fim-de-semana em que aconteceram os erros, eu chamei...

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): — Estamos a falar de coisas diferentes! A intervenção da Sr.^a Professora foi depois do erro — correcto! Mas eu estava agora a referir que, já depois disso, relativamente às características, a Sr.^a Professora não teve intervenção, mas sabe ter havido reuniões de técnicos, naturalmente, que levaram à definição dessas características. Era a isso que eu me estava a referir.

A Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — Houve reuniões, trocas de informação e, de certeza, trabalharam em conjunto.

Repare, há aqui uma outra informação que é importante dar, que atravessa todo este período: não sei se estão recordados da saída da lei orgânica, não do governo, mas dos ministérios, em que há uma grande alteração de todas as leis orgânicas; sai primeiro, e acho que atravessa este período. E por isso é que existe o problema das competências, ou seja, o de saber a que serviço estão atribuídas as competências na área das tecnologias da informação e da comunicação. Isso muda no Ministério, a meio de todo este processo.

Tínhamos feito várias tentativas de organização desta área de trabalho no Ministério, que é muito complicada porque tem uma dimensão que é puramente técnica e tem uma outra dimensão que é a de conteúdos e de dinâmicas. E as competências exigidas aos técnicos para fazer uma coisa e outra são completamente diferentes; eu diria que, para os conteúdos e as dinâmicas são necessários, sobretudo, professores e que, para o equipamento, para lançar um grande concurso de aquisição de computadores, ou de servidores, ou do que for...

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): — Eu percebo, Sr.^a Professora mas, peço desculpa, queria só tentar precisar: então, havia alguém, digamos, do Ministério da Educação, que participava nessas reuniões? Ou havia uma *task force*?...

A Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — A competência, quando chegamos ao momento do e.escolinha, já estava criada, até, no GEPE — Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação...

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): — Percebe o que quero dizer? Pergunto se, no momento antes, ou seja, nessas reuniões de que estava a falar, que deve ter havido ou que houve, era uma *task force* que existia

entre o Ministério da Educação e o Ministro das Obras Públicas? Quem era...

A Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — Não, não! Era o que eu estava a tentar dizer-lhe. O Ministério da Educação tem esta dificuldade: competências que são exigidas para a compra de equipamento, para as especificações técnicas — por exemplo, agora, nestes concursos que lançámos para aquisição de quadros interactivos, computadores —, têm uma dimensão técnica que exige determinado tipo de conhecimentos e de competências. E, depois, temos uma outra dimensão que são, por um lado, as dinâmicas para a utilização desse equipamento — formação de professores, lançamento de projectos e a produção de conteúdos. E isto verifica-se no Ministério da Educação: o equipamento técnico, nesta última organização, está do lado de um organismo; e as dinâmicas, digamos assim, a produção de conteúdos, está noutra organismo.

E o que acho, não, o que sei é que, para a definição dos conteúdos para o e.escolinha, estes dois organismos trabalharam em conjunto. Havia uma unidade da DGIDC (Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular), havia uma outra unidade no GEPE, e puseram-se de acordo. Não sei como trabalharam, não sei se fizeram reuniões... Sei que apresentaram um resultado que é uma proposta de conteúdos para incluir no e.escola. E, portanto, penso que é isso.

Uma questão que o Sr. Deputado levantou, foi a da monitorização da facturação. Ora, o Ministério da Educação não monitoriza a facturação. Isso está na Fundação, de facto, que tem o centro da base de dados. O que o Ministério da Educação tem é a identificação de todos os professores e de todos os alunos, e é a partir daí que o processo se inicia, digamos assim, porque os operadores, como imagina, não aceitavam que as famílias aparecessem a inscrever-se ou a requerer o acesso a um computador sem a

comprovação de que se tratava de uma família com um aluno no 10.º ano, ou de uma família com um aluno no 12.º, ou no 11.º.

Portanto, o Ministério da Educação, digamos assim, habilitou os alunos para que as suas famílias se candidatassem ao programa e, no e.escola, a nossa participação não é relevante. O Sr. Deputado pode dizer: «Ah, mas a senhora, que fazia tanta questão no programa, depois, tem um papel menor». Não desvalorizo o papel que o Ministério da Educação teve! Porque quanto à simples identificação, recordo-me bem da reunião em que tivemos de decidir por onde se começava — qual é o grupo por onde se começa? Temos o objectivo das famílias, dos mais carenciados... Mas vamos começar por onde? E não é indiferente, começar pelo 10.º, começar pelo 9.º, começar pelo 11.º ou pelo 12.º. Esse é um papel muito importante que tem o Ministério da Educação, porque era preciso acertar à primeira, era preciso cometer o menor número de erros possível para que os objectivos se alcançassem. Nós consideramos que essa é uma participação importante, que acabou por se revelar acertada, naquilo que foi a nossa proposta, e depois fomos acompanhando.

Mas no programa e.escola, como digo, o centro, o objectivo do programa é o apoio às famílias. A obrigação do Ministério da Educação é dar protecção aos alunos cujas famílias não têm condições para aceder ao programa — e fizemos o nosso trabalho, o nosso papel, fizemos, aliás, mais do que aquilo que estava inicialmente previsto — e, depois, tem um papel diferente, no caso do e.escolinha, que já procurei também explicar.

Agora, não monitorizamos a facturação, isso está do lado da Fundação que, com os operadores, tem o registo, depois, dos contratos efectivamente feitos, em que condições, tudo isso. É necessário que, agora, se estabeleça, se restabeleça, que se mantenha, a ligação com o Ministério da Educação, por causa dos alunos da acção social escolar, mas esse é um

trabalho técnico que não oferece nenhuma novidade em relação àquilo que já está a ser feito.

O essencial do trabalho consistiu na criação das plataformas, das bases de dados, porque era necessário garantir o anonimato, era necessário garantir a protecção de dados...

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): — Sr.^a Professora, peço desculpa, só para esclarecer aqui...

A Sr.^a Presidente (Paula Barros): — Sr. Deputado Emídio Guerreiro, essas pontualizações ficam para uma segunda ronda de perguntas, está bem?

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): — Mas é mesmo um esclarecimento importante, é uma questão pontual, cujo esclarecimento é importante. Tem a ver com a questão da monitorização da facturação que foi, de facto,...

A Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — Está na Fundação!

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): — Mas quem fornece o número de computadores é o Ministério da Educação, ou seja, foi isso que nos foi dito aqui, que é ponto focal que fornece, digamos, a informação à Fundação que, depois, faz a monitorização. E tem a ver, penso, com aquilo que a Sr.^a Professora estava a dizer, uma vez que o Ministério da Educação definiu quem são as famílias e tal, é que disse: *a, b, c, d*, 20, 30, 10 milhões ou 5 milhões de computadores, fossem o que fossem...

A Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — É *a, b, c, d*, com estas características...

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): — Exactamente!

A Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — Portanto, o aluno recebe uma espécie de um *voucher*...

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): — Isto tem a ver com a questão que levantei, que tinha a ver com a questão...

A Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — Há pessoas que estão em melhores condições de explicar!

A Sr.^a Presidente: — Então, se me permitem, farei um ponto de ordem seguinte: a Sr.^a Professora está a responder àquilo que foi questionado. Qualquer pontualização deve ficar, tal como foi acordado, para uma segunda ronda de perguntas.

Neste momento, admiti que o Sr. Deputado Emídio Guerreiro o fizesse já, na sequência do que já tinha acontecido anteriormente hoje na Comissão, e até porque não tinha esgotado todo o seu tempo de intervenção.

A partir deste momento, agradeço que continuemos a ouvir a Sr.^a Professora Maria de Lurdes Rodrigues, para que a reunião possa continuar e atingir os objectivos que pretendemos.

Sr.^a Professora, queira prosseguir, por favor.

A Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — Muito obrigada, Sr.^a Presidente.

Sr. Deputado, o que lhe posso dizer — e há pessoas em condições de esclarecer isto melhor do que eu —, estou a falar-lhe do que percebi... Não

participei em nenhuma destas reuniões, mas sei que tinham preocupações com a protecção de dados dos alunos, com a protecção das famílias e, portanto, procurei sempre ir acompanhando para que essas minhas preocupações fossem asseguradas.

O que lhe posso dizer é que está criada uma plataforma, uma base de informação, com os contratos e apenas com os contratos efectivamente realizados; porque, imagine, tem no 10.º ano 100 000 alunos, emite 100 000 *vouchers*, com a indicação das condições daqueles alunos — quem faz a prova disso é o Ministério da Educação —, mas, a seguir, não foram inscrever-se os 100 000 alunos, foi uma parte desses alunos que se inscreveu. Todos os outros ficam protegidos, nos seus dados, e mesmo os dados que estão na base de informação para a realização dos contratos são dos pais, são já das famílias e não dos alunos.

Agora, com o sistema de informação que foi montado, que é exaustivo, que é rigoroso, e que permite todo o tipo de controlos, porque essa foi uma grande preocupação também dos operadores, é possível ter toda esta informação de que o Sr. Deputado aqui falou.

A Sr.^a Presidente (Paula Barros): — Muito obrigada, Sr.^a Professora.

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): — Peço desculpa, mas ficou uma questão por responder.

A Sr.^a Presidente (Paula Barros): — Falta responder a uma questão, segundo o Sr. Deputado Jorge Costa. Terá a ver com a observância das regras concursais?...

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Não, Sr.^a Presidente e foi por isso que interrompemos, há pouco, uma vez que o método seguido nestas reuniões foi sempre o de podermos precisar as questões.

A Sr.^a Presidente (Paula Barros): — Agradeço-lhe só que identifique a questão, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Costa (PSD): — A Sr.^a Presidente deve ter aí registado, mas a questão que ficou por responder diz respeito à segunda reunião, ocorrida em 4 de Abril de 2001. A referência que está, nas palavras da Sr.^a Professora, é a seguinte: «foi colocada para reflexão a questão da oportunidade de criação de uma fundação». E nós queríamos saber se nos pode confirmar esta questão.

A Sr.^a Presidente (Paula Barros): — Faça favor, Sr.^a Professora.

A Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — Vamos lá a ver: como já disse, o que retenho, na minha memória, da minha participação nesse Grupo de Trabalho são as dificuldades, não tenho memória de outra coisa mas, sim, das dificuldades.

Recordo-me bem, apesar de tudo, de que, nas propostas dos operadores — por acaso, não tenho a certeza de que sejam todos, mas, pelo menos, em três das propostas — exista o projecto de criação de uma fundação. Cada um dos operadores ia criar uma fundação; não sei se eram todos...

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Eram dois!

A Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — Eram dois? Tinha a ideia de que não eram todos.

Portanto, é natural que, numa das reuniões, se tenha discutido se eram duas fundações, se era uma só, qual era o modelo de coordenação, de gestão desses projectos, se eles viessem a ser aprovados; não mais do que isso e, posteriormente, não tive nenhuma intervenção nas soluções. Mas recordo-me de que essa foi uma preocupação que deixei para o governo a seguir, pelo que me parece natural que o governo a seguir tenha agarrado em algumas propostas que fizessem sentido. Não sei como é que era possível fazer um projecto destes com três ou com quatro fundações... Eu não consigo ver!

Depois, não tive nenhuma participação nem envolvimento na solução. Mas, para mim, a solução encontrada tem sentido; é uma, como podia ter sido outra.

Sobre a questão concursal, aquilo que referiu é o concurso, agora lançado. E aquilo que lhe posso dizer é o que ainda acompanhei, no final do governo em que participei. Não houve grande espaço para a preparação do ano lectivo seguinte e dos novos alunos que chegavam ao primeiro ano de escolaridade. Mas aquilo que estava em avaliação era, ainda, a existência de recursos na Fundação e nas contrapartidas, no acordo que tinha sido feito com os operadores, para continuar a seguir o mesmo modelo ou, não havendo essa disponibilidade de recursos, o Ministério da Educação tinha que tomar a decisão sobre como é que continuava o projecto.

Portanto, o que imagino, não estando, agora, no governo, nem tendo nenhuma responsabilidade, é que isso deve ter ficado esclarecido e que o Ministério da Educação tomou as decisões que tinha de tomar para dar continuidade ao programa.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Miguel Macedo.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr.^a Professora.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar a Sr.^a Professora e dizer que também é com agrado que a recebemos nesta nossa Comissão de Inquérito.

Vou dividir as minhas perguntas em dois tempos, sendo o primeiro na sua participação, em 2001, no Grupo de Trabalho, porque importa aqui clarificarmos as nossas dúvidas, se estamos a falar das contrapartidas.

Aqui, dou de barato, fiz parte de uma comissão que avaliou as contrapartidas civis, não as militares, embora também as militares, e sei bem que as militares estão definidas; há muito tempo que se usam e as civis nem sempre, excepto nas renováveis, onde o Governo fez, e bem, contrapartidas. Essas têm base legal.

Portanto, é possível ter contrapartidas e não é «aquela contrapartida» nem é 0,5% do PIB de ofertas... Já sou um grande adepto de empresas privadas mas, com ofertas dessas, o meu respeito pelas empresas privadas vai sair daqui, hoje, perfeitamente, nos píncaros.

Ora, eu gostava de saber se, na sua opinião, quando estive no Grupo de Trabalho, essas contrapartidas

(permita que lhe chame contrapartidas) são ou não dinheiro devido ao Estado e, no caso afirmativo, são ou não fundos públicos. Eu tenho essa opinião. O Prof. Freitas do Amaral confirmou aqui e a União Europeia, que instalou um processo a Portugal, também disse que sim. E cita até documentação do Ministério das Finanças e legislação comunitária, como é

óbvio. Queria saber se a sua opinião, estando no Grupo de Trabalho é ou não igual, quer seja em valor (dinheiro), como seja até em projectos.

V. Ex.^a citou aqui que não era uma oferta livre: estava contratualizado, protocolado, estava tudo definido. Constituía valor e foi com esse valor que vários ministérios tiveram necessidade de encontrar depois uma forma de o utilizar, de o controlar e uma forma de transformar essas contrapartidas em benefício para a sociedade de informação ou até outro. Havia essa previsão orçamental. Pergunto: isso é ou não dinheiro devido ao Estado, logo dinheiro público, logo, deveria ser, segundo as regras da contratação pública e segundo as regras da transparência? Aliás, disse de forma muito clara que havia um caderno de encargo para todos estas contrapartidas. Não vale a pena precisar agora os valores.

Gostava de também dizer, lembrando-me daquele *slogan* que agora está muito em voga...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode precisar essa questão «que havia caderno de encargos»?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Havia um caderno de encargos, distribuído a cada um dos operadores para a sua participação, em termos de contrapartidas, nos vários programas — no grupo da UMTS foi definido um caderno de encargos para uma delas. Aliás, disse que na participação não eram livres. Tinham propostas perfeitamente definidas com cadernos de encargos.

O Sr. **Presidente**: — Não é caderno de encargos. Eram as propostas, então!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Como não quero pôr em causa o mérito dessas acções. Não está aqui em causa, tem méritos evidentes, mas o que também gostava de saber, o que nos preocupa, não é propriamente o destino, é o caminho que se fez para lá chegar.

A minha segunda pergunta — também disse que o Infocid tinha tido uma actuação exemplar e, de facto, bastava consultá-lo para ficarmos com uma ideia clara da bondade de tudo isto, mas depois ele foi descontinuado. Gostava de saber porque razão algo que estava a fazer um bom trabalho, que era exemplar, depois acaba por ser descontinuado, ou houve pelo menos uma alteração.

Depois também fazer uma segunda ordem de perguntas e que apenas tem a ver com o trabalho da Comissão. O Sr. Carlos Zorrinho disse aqui, quando lhe perguntámos sobre as especificações, que houve uma *task force* constituída pelo Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Ministério das Obras Públicas.

A minha pergunta muito clara é quem, do Ministério da Educação, esteve presente nesta *task force* que definiu as especificações. Disse agora em resposta o Partido Social Democrata que não esteve ou que não tem ideia dessas especificações, mas em resposta ao Partido Comunista Português disse, de forma muito enfática: «diga-me lá qual é o problema das especificações? Se tem alguma crítica a fazer às especificações? Estas não vão dar nem podem dar ao *Magalhães!*». Portanto, tem conhecimento objectivo e bem claro das especificações. Se esteve ou não esteve, se lhe foi reportado ou não foi...! Porque o que diz o Prof. Carlos Zorrinho é que esteve, de facto, o Ministério da Educação envolvido na *task force* que definiu as especificações.

Depois também porque o Sr. ex-ministro das obras públicas disse aqui: «e.escolinhas não é nada comigo. Foi tudo com o Ministério da Educação», permite-me fazer um conjunto de perguntas em relação ao

e.escolinhas. Gostava de lhe dizer que para mim as especificações não deixam de levar ou não levam o *Magalhães*. Para mim, as especificações são o *Magalhães*, a própria fotografia. Vai ajudar-me neste raciocínio: porque no dia 30 de Julho, numa assinatura dum memorando com a Intel, no Pavilhão Atlântico numa grande cerimónia, onde a Sr.^a ex-ministra esteve seguramente. Soubemos ontem que o *Magalhães* já lá estava num pedestal. Ontem fiquei também a ter a certeza de que não foi o Sr. Primeiro-Ministro a fazer a apresentação, porque ele só a fez na Cimeira Ibero-Americana. Não sei quem foi que fez a apresentação, mas já lá estava. E esse *Magalhães* já tinha essas especificações.

Mas há mais — no dia 28 de Julho, uns dias antes, a LUSA dava notícia, com o Sr. Presidente da Câmara eufórico, com a J.P. Sá Couto eufórica, com o Presidente da Intel eufórico, a dizer: «vai ser instalada uma fábrica (nem existia fábrica). Essa fábrica vai produzir 4 milhões de computadores, que se chamarão *Magalhães* e (pasmese) é para o programa e.escolas». Aqui já nem era para o e.escolinhas. A notícia diz que «é para o programa e.escolas»!

Ou a J.P. Sá Couto não é, de facto, uma empresa que constrói computadores e tem poderes «paranormais», ou então antes de se saber qual eram as especificações, qual era o resto, já eles sabiam que iam produzir computadores para o e.escolas. Há aqui uma desconformidade de datas. Vou mais longe — ontem mesmo, o representante da Vodafone disse: «Eu estive no dia 30 de Julho. Não fazia a menor ideia do que eram as especificações. Vi apenas o computador azulinho, bonitinho e na segunda-feira seguinte chegou-me um e-mail, com muita urgência, dia 15 de Setembro (15 dias) com as especificações». Eu pergunto: nem a própria Vodafone sabia das especificações?

O Sr. **Presidente**: — A ser com rigor, a Fundação é constituída no dia 11 de Setembro, uma quinta-feira, e na segunda-feira chega à Vodafone essa comunicação.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas muito antes, dia 28 de Julho, já a J.P. Sá Couto sabia que ia produzir 4 milhões. Mais — o próprio memorando da Intel definia que a Intel iria descobrir em Portugal uma empresa com capacitação para produzir para o mercado nacional e internacional. Esses 4 milhões pressupunham obviamente o mercado nacional e internacional. Toda essa desconformidade de datas leva-me a crer que alguém esteve nesta *task force*, que alguém soube, mas não sei quem. E como o Sr. ex-ministro disse que quem tinha toda esta componente e escolinhas era o Ministério da Educação, gostava de saber qual é a leitura que faz de tudo isto e como isso acontece. Se na sua opinião foi o *timing* político que terá levado a esta celeridade toda ou se havia outra explicação para isso.

Depois também gostava de lhe fazer uma pergunta: nós olhamos para os acordos do Governo com a Microsoft (antes disso, gostava só de lhe perguntar se tem ideia de quando foi a primeira entrega de computadores *Magalhães* nas escolas, da data da primeira entrega dos computadores) e têm o e.escolas, o e.iniciativas, e depois há a iniciativa *Magalhães*, que mais à frente, diz o contrato, se designa por «aliança», «Aliança *Magalhães*» e todo o contrato se destina ao apoio para a excelência educacional, todo ele vocacionado para a Educação.

Pergunto se o Ministério da Educação esteve ou não envolvido nesta negociação com este acordo, se conhece este acordo. Todo ele é um programa dirigido às escolas, a professores, a iniciativas ainda na primeira versão e depois no e.escolinhas e neste diz mesmo «iniciativa e.escolinhas

Magalhães», mais à frente «Aliança *Magalhães*» e só designado por «Aliança». Gostava de saber se é por isso.

Depois terminava perguntando — falou que o que preocupou o Governo foi encontrar um computador com resistência ao choque, na tal iniciativa louvável e que eu concordo, que era preciso encontrar para a segunda fase, para a família e para as criancinhas, um computador compatível, que se introduzia na sociedade de informação. Completamente de acordo. E o computador, de facto, tinha que ter algumas especificações, por isso tinha que ser a um preço baixo, em resposta ao *Magalhães*.

Hoje consultei no meu *Magalhães* (tenho um mas ainda não o trouxe para aqui) e fui ver quanto é que ele custa nas lojas: 329€! Mas no mesmo tipo do *Magalhães*, o Asus, o Acer, o Toshiba e o Compaq custa 249€. Pelos vistos o preço não é assim tão competitivo. Dir-me-á: «mas o *Magalhães* tem estas especificidades — a resistência aos líquidos, à queda». Mas foi vendido por 213€. A diferença também, de 213€ para 249€, não é muito grande.

A minha pergunta — Não houve aqui nenhum desconto de quantidade? É que eu para comprar um destes computadores, compro só um. Quanto ao computador *Magalhães* estamos a falar em 4 milhões de computadores, mas para o mercado nacional, para a distribuição para a Xerox, são 500 000 ou 500 milhões. Essa J.P. Sá Couto sabia porque na notícia disse «vamos produzir 500 milhões». Sabia quantos, dos 4 milhões para o mercado nacional. A minha pergunta é se não houve aqui nenhum desconto, que é para justificar então, de facto, um computador bom, bonito e ainda assim barato.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Prof.^a Maria de Lurdes Rodrigues.

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, eu só podia ter um desconto de quantidade se tivesse comprado algum *Magalhães*, mas o problema é que eu não comprei quantidade nenhuma de *Magalhães*. Não tive, por isso, nenhum desconto de quantidade. Não se aplica esta pergunta.

Sobre a primeira questão que levanta — a natureza das contrapartidas, o que o Estado podia fazer com o que tinha sido acordado em sede de atribuição das licenças. De novo, aquilo que lhe...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Só porque as licenças são concurso público, o que daí origina qual é a sua classificação.

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Sim, as licenças são concurso público, mas se verificar, se tiver oportunidade de ler as propostas dos operadores verificará que elas são muito fechadas. A questão que se levantou foi que o progresso tecnológico é de tal forma acelerado (não é um ano ou dois depois) que nos meses a seguir uma parte das propostas apresentadas no caderno de encargos dos operadores já não tinham sentido. Menos de um ano depois da sua apresentação já não tinham sentido uma parte daquelas propostas.

E é isso que dá alguma margem à criação do grupo de trabalho para tentar uma aproximação e verificar o que é que então se faz, quais daqueles projectos podiam ser transformados noutros de interesse público. E essa é que é a área de grande dificuldade. Os operadores aceitavam, sem nenhum problema, reconheciam, sem nenhum problema, que alguns daqueles projectos não faziam sentido. Agora daí a considerarem que os mesmos recursos eram canalizados para orçamentar, para ser transformado em dinheiro. Isso vai um passo enorme! Eu lembro-me de discussões naquelas reuniões em que os operadores colocaram em cima da mesa, à consideração

de se a publicidade que faziam, por exemplo, a telemóveis, podia ou não ser considerada para efeitos de desenvolvimento da sociedade de informação.

A distância a que estávamos era esta — alguns operadores consideravam que se fizessem programas de promoção de telemóveis de 3ª geração, isso era promoção da sociedade de informação. De um certo ponto de vista era. Não era do nosso interesse nem do interesse público, isso eu sei.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas isso pressupunha que eles consideravam que deviam isso a alguém. Não consideravam que era uma oferta, que eles inteiramente dariam.

A Sr.ª Prof.ª Dr.ª **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Oh Sr. Deputado, sim mas não o equivalente financeiro. Eles deviam iniciativas com valor monetário. Eu estou a dizer-lhe que dificilmente conseguíamos transformar os projectos em outros, menos ainda transformar os projectos em dinheiro. Isso não conseguiria nunca. Não era possível. No quadro das reuniões em que eu participei, isso não era, de todo, possível!

Portanto, tenho alguma dificuldade em entender. Eu percebo o seu ponto — era óptimo que tivessem sido feitos outros contratos, que o concurso tivesse sido outro e que fosse mais clara a possibilidade de intervenção do Estado. Infelizmente não é essa a situação. Por isso comecei por dizer, no início da minha intervenção...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas ainda assim foram quantificados! Nós sabemos que o valor das contrapartidas equivale a um montante — 931 milhões de euros.

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Sim, foram quantificados. Mas insisto novamente — a minha experiência concreta de negociação com os operadores não permite esses passos. Podem ser lógicos, tem sentido o que o senhor diz, mas não estava na letra da Lei, não era possível. No limite, os operadores podiam fazer exclusivamente aquilo a que se tinham comprometido no caderno de encargos. Exclusivamente isso! E com poucos meios, não é nenhuma novidade, Sr. Deputado! Não é nenhuma novidade que, muitas vezes, não existem os meios de controlo e de acompanhamento da acção de outros agentes. Isso tem muitos pontos da área de intervenção do Estado. Por isso necessitamos muito de desenvolver mecanismos de acompanhamento, controlo, fiscalização, inspecção em muitas áreas, não é só nessa. Nem é daí que vêm os nossos principais problemas, sobretudo atendendo a que estamos a falar de um concurso totalmente inovador, que em outros países foi feito em outros moldes, não teve nada que ver e em que estávamos todos a tentar perceber como é que podíamos tirar o melhor partido daquilo que tinha sido acordado.

Não estou a ver como é que esse seu raciocínio, que para mim tem sentido, é lógico, não tem nenhuma aderência à realidade, nem sobretudo à forma de pensamento dos operadores, nem sobretudo àquilo que foram as condições de adjudicação das licenças. Não estou a ver como era possível, aliás Governo nenhum o fez, de prever orçamentalmente este dinheiro das contrapartidas. Nenhum Governo o fez! Não era possível, nem os operadores aceitariam isso nunca.

Na minha opinião não se trata de dinheiro passível de ser orçamentado ou o Estado decidir livremente o que pode fazer com ele. De maneira nenhuma! Não foi isso que ficou estabelecido na atribuição das licenças.

Depois a questão da *taskforce*, como já disse, houve de facto trabalho entre o Ministério da Educação e o Ministério das Obras Públicas para a definição das especificações técnicas, os conteúdos, o que era necessário

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Talvez, talvez, porque o Ministério do Trabalho tem uma responsabilidade no programa novas oportunidades, como sabe e houve aqui uma extensão aos adultos do programa novas oportunidades, portanto, admito que sim.

A páginas tantas, recordo-me de se ter discutido a questão dos formadores dos centros Novas oportunidades, se podiam ou não ser equiparados, para este efeito, a professores. Estou a lembrar-me, por exemplo, de uma discussão em que claramente se requer a presença de alguém da área do trabalho para ajudar a tomar uma decisão.

Não consigo precisar a data da entrega do primeiro computador Magalhães. É no mês de Setembro. Acho que é na abertura do ano lectivo, no mês de Setembro, mas não consigo precisar. Terá sido no fim de Setembro ou no princípio de Outubro do ano em que foi lançado, mas isso é muito fácil de comprovar, pois o Ministério da Educação tem, seguramente, o arquivo de todas as iniciativas; isso pode ser comprovado.

Sobre os protocolos com a Microsoft, há vários protocolos, todos eles muito diferentes. O Ministério da Educação não tem protocolos de concretização com a Microsoft.

Quando chegámos ao Governo, em 2005, a situação que herdámos no Ministério da Educação é que tinham sido feitos vários concursos para apetrechamento das salas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), concursos importantes feitos no governo anterior, previstos, aliás, no

Quadro Comunitário de Apoio III. Portanto, todos esses programas tinham sido concretizados, tinham sido adquiridos computadores por concurso e tinham sido apetrechadas as salas de TIC. Havia o problema do *software* do sistema operativo, sendo que o governo anterior, na aquisição desses computadores, fez, de facto, um contrato com a Microsoft que não implicava pagamento das licenças nos primeiros três anos mas era necessário fazer os contratos para as licenças findo um determinado período que agora não me recordo com rigor, se era de três anos, findo um período de carência.

Portanto, quando chegámos um dos *dossiers* que tivemos em cima da mesa foram as primeiras necessidades de regulação da relação com a Microsoft, pois estava a chegar ao fim o período de carência relativamente aos primeiros computadores adquiridos para as salas de TIC. Isso foi regularizado através das direcções regionais, porque eram elas também que faziam esses concursos de apetrechamento das escolas. Portanto, foi uma situação, o apetrechamento das salas de TIC.

Posteriormente, todos os concursos lançados por nós para aquisição de computadores para as escolas incluíam, nas especificações técnicas, a questão dos sistemas operativos. Portanto, não voltámos a fazer contratos com a Microsoft para qualquer *software*, eram exigências que estavam estabelecidas na própria aquisição do equipamento.

Fizemos vários concursos para aquisição de portáteis para as escolas e fizemos, depois, no quadro do Plano Tecnológico um concurso internacional para cerca de 115 000 computadores. Em todas estas compras já não houve a exigência nem a necessidade de se fazer contratos com a Microsoft.

Portanto, esses protocolos são protocolos de enquadramento. No caso do Ministério da Educação estar interessado podia accioná-los. Nunca ocorreu essa necessidade e, portanto, não fizemos uso desses protocolos de

entendimento da Microsoft com o Governo porque não tivemos necessidade de o fazer, nunca isso se justificou.

Em qualquer caso, sei também que, quanto à situação do Magalhães, uma parte do acordo do Ministério das Obras Públicas ou do Governo com a Microsoft respeita a Magalhães que não são para o nosso sistema educativo, a Magalhães que depois foram vendidos para o estrangeiro, para outros sistemas educativos. Admito que possa ter havido uso desses protocolos não para o nosso sistema educativo...

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): - Para a Venezuela, não?

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: - ... mas, sim, para outros sistemas. Portanto, penso que eram protocolos de entendimento «chapéu», que podiam, ou não, ser mobilizados no caso de os sectores terem necessidade da sua mobilização. Não foi o nosso caso, não fizemos protocolos com a Microsoft.

O Sr. Presidente: - Sr.^a Prof.^a, julgo que só falta responder à questão que tem a ver com as datas, com o facto de, no dia 30 de Julho, o Magalhães já estar no Pavilhão Atlântico.

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: - Sr. Presidente, Sr. Deputado, não sou capaz de responder a essas perguntas, peço desculpa. Não tenho a menor ideia do que é que aconteceu a 30 Julho ou a 1 de Agosto. Peço desculpa mas, de facto, não tenho a menor ideia disso.

O que posso testemunhar é que as coisas não se passam assim, têm uma naturalidade mas também um respeito pelas regras. O testemunho que posso dar-lhe enquanto membro do governo que cessou é que havia, de facto, preocupações com o rigor e com a transparência no uso de dinheiros

públicos. Isso é o que posso testemunhar.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): - Não lhe perguntei isso...

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: - Se está a articular a data *a* ou *b* com *c* não sei, não consigo precisar.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): - Perguntei se esteve presente na cerimónia do dia 30 de Julho.

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: - Sim, estive presente, com certeza!

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): - Então, viu o Magalhães, que tinha especificações que não estavam sequer definidas na altura!

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): - Sr. Presidente, indo um pouco contra a ordem dos factos, gostaria de precisar esta última resposta da Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues, porque não só esteve presente na apresentação do Magalhães como assinou, nessa mesma apresentação, um acordo de princípios para a criação do Programa e.escolinhas.

Por isso, a primeira pergunta é, naturalmente, a seguinte: qual a interpretação que faz quando o Ministério das Obras Públicas convida os operadores para estarem presentes na apresentação de um computador para crianças e onde, nessa mesma apresentação, à margem da mesma, o Ministério das Obras Públicas, o Ministério da Educação e os operadores

assinam um acordo de princípios para o lançamento do Programa e.escolinhas, que, no fundo, não é mais que a distribuição de computadores a alunos do primeiro ciclo com condições que o Magalhães já apresentava?

Assim sendo, para além de qualquer interpretação subjectiva, temos aqui dados objectivos a que é importante responder. Qual é a interpretação que devemos fazer desta iniciativa? O que me parece é que é já um caminho feito de restrição das escolhas dos operadores para a orientação final de compra do Magalhães por parte dos mesmos, o que, aliás, nos foi dito também pelos próprios operadores quando nos afirmaram que as características definidas pelo Ministério da Educação (quero salientar que foi pelo Ministério da Educação, porque o Ministério das Obras Públicas diz que nada teve a ver com a definição das características) levou à compra do Magalhães, pois era o único computador que conseguia cumprir com as características definidas.

Mais, estas características são indicadas no dia 15 de Dezembro...

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): - No dia 15 de Setembro!

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): - Obrigado pela correcção.

Portanto, estas características são indicadas no dia 15 de Setembro, uma segunda-feira, e na terça-feira da semana seguinte, dia 23, já tínhamos uma cerimónia de apresentação e de distribuição de computadores nas escolas.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): - 3000!

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): - De 3000 computadores, não estamos a falar de um ou de dois de exemplo! Foram distribuídos 3000 computadores, cerimónia na qual a Sr.^a Prof.^a, enquanto ministra da

educação, também esteve presente, pelo menos é isso o que relatam os jornais, com fotografias desses actos.

A pergunta que se coloca é esta: como é possível, numa semana e um dia, em oito dias, conseguir escolher um computador, verificar se estava de acordo com o *hardware* e ver se, curiosamente, as próprias especificações de *software* eram cumpridas na totalidade pelo computador, quando era o próprio Ministério da Educação que devia definir também quais os requisitos de *software* englobados no computador? Tudo isto é feito numa semana, com a produção de 3000 computadores e a sua distribuição nas escolas. Nesta primeira fase, devo dar os parabéns por todo este processo, porque é uma demonstração de produtividade e de celeridade na distribuição de computadores que me parece que pecamos noutros sectores da sociedade por não funcionar assim!

O que nos parece, e que é óbvio nestas conclusões, é que tudo estava predestinado. Aliás, cruzando a informação do que nos foi dito aqui, percebemos que os próprios representantes da Caixa Mágica nos disseram que começaram a produzir, a «costumizar» o Magalhães, a produzir *software* para o Magalhães porque já lhes tinha sido dito que ia estar nas características do computador uma versão de *software* livre. E fizeram-no numa semana, no máximo em duas semanas (não precisaram as datas, mas o período era este), após a apresentação do Magalhães.

Por isso, percebemos que a entrega das características aos operadores feita no dia 15 de Setembro de 2008, no fundo, não é nada mais, nada menos, do que tornar de facto aquilo que já existia informalmente, ou seja, a escolha inevitável do Magalhães, apesar de dizerem que havia consórcios disponíveis. Pois, os vários consórcios disponibilizavam apenas e só aquele computador, que era o computador que cumpria com todos os requisitos.

E porque estamos a falar do Magalhães, gostava de saber a sua opinião sobre a mudança de abordagem que o Governo teve sobre a compra

do Magalhães. No passado, em que as condições eram exactamente as mesmas (repito este ponto: eram exactamente as mesmas), o Governo decidiu que os Magalhães seriam comprados através das operadoras; e, neste momento, na segunda fase do Magalhães, o Governo decide que vai fazer uma compra com concurso público, através do Ministério da Educação. Ora, temos aqui uma dupla alteração: a passagem da responsabilidade para o Ministério da Educação e a execução do concurso público.

No fundo, cabe-nos perguntar porquê, pois percebemos que as bases que levaram à opção anterior são as mesmas, que os operadores que tinham contrapartidas continuam a ter, e, por isso, continua a ser válida a manutenção dessas contrapartidas no âmbito do novo programa e.escolinhas. No entanto, o Governo, pressionado também por esta Comissão mas pelo facto de ser ilegal o que fez, faz agora uma alteração e manda para o Ministério da Educação e para um concurso público a aquisição de novos computadores. Percebemos que isso é feito apenas e só não por alterações de contexto das contrapartidas devidas pelos operadores mas, sim, pelas obrigações legais que deveriam ter sido cumpridas já desde o início.

Gostava também de perceber outra coisa, porque esta alteração de fundo quanto ao papel do Ministério da Educação também é algo estranho em todo este processo. Vemos que o Ministério da Educação, no âmbito do Programa e.escola, com todas as variantes (e.oportunidades, e.professores e e.escolinha, portanto, todos os subprogramas da iniciativa e.escolas), tem, no fundo, um aparecimento pontual e um pouco casuístico. Ou seja, aparece quando é aprovado um programa para beneficiários com necessidades especiais, no dia 30 de Março de 2008, cujo contrato refere a existência do Programa e.escola, que só é aprovado quase um mês depois pelos operadores e em cuja aprovação o Ministério da Educação nem

sequer participa, porque é tudo deixado ao Ministério das Obras Públicas.

Cabe perguntar o porquê desta dualidade de critérios: numa altura está presente, noutra altura não está; numa altura é chamado para definir características, noutra altura já não é chamado para fazer concurso público. Portanto, qual é a razão desta abordagem diferente, que muda consoante o tempo?

Passo a uma penúltima pergunta: quanto é que custou o Magalhães à acção social escolar? Esta é uma pergunta que tem de ser respondida. Dizem-nos os operadores (dois dos três operadores, porque ainda nos falta ouvir um, mas, provavelmente, a resposta será a mesma) que o Magalhães resultou em muito poucas activações e, portanto, os operadores foram meros intermediários na compra dos computadores. O que é que isto significa? Que foi o Governo que custeou a compra dos Magalhães na sua grande totalidade, e fê-lo através da acção social escolar, pelo menos é essa a indicação que temos. As perguntas são estas: foi através da acção social escolar? Se sim, com que verbas? Quanto é que custou o Magalhães aos cofres da acção social escolar?

Já agora - sei que esta questão sai um pouco do âmbito das funções que exercia, mas penso que terá as contas presentes -, o Orçamento rectificativo que tivemos em Dezembro de 2009 dotou a acção social escolar de valores extra. Isso resulta do «buraco» criado pela distribuição dos Magalhães? Também é importante percebermos se este «buraco» tem algum fundamento no Magalhães.

Aparte inaudível do Deputado do PS Luís Gonelha.

Não, não tem, porque a Sr.^a Ex-Ministra saberá, naturalmente, qual era o estado da acção social escolar quando saiu do ministério; não esperamos outra coisa.

Passo a uma última pergunta. Diz-nos a Sr.^a Prof.^a que não teve nenhum desconto de quantidade porque não comprou nenhum Magalhães. A primeira observação que faço é que, por tudo o que ouvimos, não terá sido a Sr.^a Prof.^a em nome individual a comprar, mas o governo, e enquanto representante do governo, comprou bastantes. Porque não foram os operadores que os compraram mas, sim, o Governo, e bastantes (cerca de 400 000 computadores)!

Por isso, se percebemos que o Magalhães foi apresentado já estando direccionado para o Programa e.escolinhas, se a preparação desse programa foi feita *a priori* do acordo de princípios, permitindo, por isso, à J.P. Sá Couto, à Intel, preparar-se para executar 400 000 computadores em Portugal, isso não significa, na realidade, um desconto de quantidade feito pelo Governo? Se nos diz que não significa já está a contradizer o que disse o ex-Ministro Mário Lino, que disse exactamente o contrário. Ele disse que o memorando da Intel, mas também o que os acordos com a Microsoft visavam, no fundo, era descontos de quantidade para que os computadores e o *software* chegassem aos alunos a preços mais convidativos.

São estas as minhas perguntas, nesta primeira fase.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues.

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Sr. Presidente, o que acho extraordinário é, mesmo antes de eu falar, o Sr. Deputado já considerar que estou a contradizer o ex-Ministro Mário Lino. Eu ainda não disse nada, não respondi a nada, mas já estou em contradição, porque tenho mesmo de estar em contradição...!

Sr. Deputado, vou começar pela última questão que colocou. Eu não comprei pessoalmente, o Governo não comprou, o Ministério da Educação

não comprou qualquer computador *Magalhães*. Portanto, não posso responder-lhe à questão do desconto por quantidade, porque, nem o Governo, nem o Ministério da Educação, nem eu como Ministra, nem eu individualmente, comprámos qualquer computador *Magalhães*.

Continuando a responder das últimas para as primeiras questões, devo dizer, quanto à questão do «buraco» orçamental, que não sei se há algum «buraco» orçamental no Ministério da Educação. E de certeza que não seria motivado pela acção social escolar. A acção social escolar tem, digamos, uma conta própria no orçamento do Ministério da Educação, não é passível de ser misturada com outras rubricas (é um pouco como o PIDDAC, que não é passível de ser transferido de umas contas para as outras) e tem regras próprias de utilização, que não provocaram nenhum... Se há «buraco» no orçamento do Ministério da Educação, ou, melhor, se houve em Dezembro, ele não foi provocado pelo *Magalhães*, nem pela acção social escolar.

O que posso dizer-lhe é que, no ano de 2009, tivemos vários impactos no orçamento da acção social escolar, mas ficaram todos resolvidos, antes de eu sair, por acordo com os Ministérios das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade Social. É que houve uma outra decisão tomada a meio, digamos, desta iniciativa, que foi não só a alteração da orgânica do Ministério como a alteração das regras de acesso à acção social escolar. Como sabe, tornámos o sistema mais transparente, adoptando o mecanismo de sinalização que a segurança social utiliza para efeitos de abono de família. Isto teve um efeito simples e imediato, com impacto orçamental logo naquele ano, que foi a mais do que duplicação do número de alunos abrangidos pela acção social escolar — passámos de qualquer coisa como 200 000 alunos para mais de 500 000 alunos abrangidos pela acção social escolar. Isto teve impacto no apoio à compra de manuais, no

apoio às refeições, ao transporte, enfim, a todas as áreas de protecção pela acção social escolar.

Mas isto estava previsto e negociado tanto com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social como com o Ministério das Finanças, porque, como não conhecíamos em pormenor, estimámos aquilo que poderia ser o impacto financeiro desta alteração. Portanto, havia um acordo com as finanças de que, qualquer que fosse o impacto, as finanças resolveriam esse problema — e o impacto mais decorrente desta alteração do que propriamente do *Magalhães*. Ora, isso ficou resolvido, em Setembro, antes de terminar o meu mandato.

Vou dar-lhe um exemplo ainda mais concreto: durante os anos em que estive no Ministério da Educação, a percentagem de alunos do 1.º ciclo abrangidos pela acção social escolar, em termos do registo do nosso sistema de informação, era de 12%. Como sabe, a acção social escolar, no caso do 1.º ciclo, são recursos que são mobilizados pelas autarquias e não pelo Ministério da Educação — nós apenas sinalizamos e registamos a situação das crianças.

Em resultado da alteração das regras e do lançamento da iniciativa *Magalhães*, sem que haja aqui a mobilização de qualquer critério subjectivo (portanto, são os critérios da segurança social), a percentagem, de alunos, hoje, no 1.º ciclo, abrangida pela acção social escolar está muito perto dos 60%. E repare que estamos a falar de níveis de rendimento no limite entre o escalão 1 e o escalão 2, estamos a falar de famílias com uma criança e dois adultos, uma criança e dois salários mínimos. Esta é a fronteira entre o escalão 1 e o escalão 2 do abono de família e que nós adoptámos para a Educação por ser mais favorável às famílias. E a mudança foi de 12% de crianças que beneficiavam apenas do apoio para manuais, porque era o mais significativo, por parte das autarquias — 12%! O que é que as famílias diziam? «Não é um montante significativo!» — e

os manuais, no 1.º ciclo, custam, no máximo, 26 €. Mas quando incluímos na acção social escolar outros bens, com outro valor, as famílias imediatamente têm uma atenção a isso que é muito diferente. E também porque muitas autarquias davam os manuais gratuitamente a todas as crianças, independentemente do escalão. Portanto, a exigência da sinalização não era para as famílias uma questão... Estou a lembrar-me de várias autarquias em que isso acontecia: Odivelas, Gaia, mesmo autarquias populosas.

Portanto, tanto o *Magalhães* como as alterações que introduzimos na acção social escolar vieram a ter impactos na sinalização, e também, depois, na protecção que se proporciona a essas famílias, de grande, grande volume. Mas sempre, em qualquer caso, protegidos pelas estimativas que tínhamos feito e pelo acordo que havia com as finanças de que todas essas situações se resolveriam, como se resolveram.

Assim, a nota que me parece mais significativa é que a mudança iniciada ainda antes do lançamento do *Magalhães* veio, já por si, abranger muitos mais alunos. Por exemplo, no secundário, tínhamos sempre apenas cerca de 5% de alunos abrangidos pela acção social escolar e, com as mudanças que introduzimos, passaram a ser perto de 30% os alunos abrangidos, não só porque o número de alunos aumentou como esse número aumentou nos cursos profissionais que são maioritariamente de famílias carenciadas.

Isto, para lhe dizer que o quadro da acção social escolar não é o mesmo. O Ministério da Educação tem, hoje, um volume de despesa com a acção social escolar que, em 2005, não tinha. Mas foi uma situação progressiva, sempre negociada com as finanças e que ficou resolvida. E parece-me muito importante que o Ministério tivesse assumido, no quadro da acção social escolar, a responsabilidade tanto no e.escola como no e.escolinha.

Agora, quanto aos custos efectivos, penso que a Fundação não terminou ainda a contabilização do acerto de contas com os operadores. Em Setembro, pagámos uma parte destes encargos decorrentes da acção social escolar, mas é uma coisa para acerto de contas futuro. Porquê? Porque os contratos destas famílias abrangidas pela acção social escolar com os operadores não se esgotaram no momento da assinatura do contrato — aliás, o contrato, em alguns casos, já foi assinado há mais de um ano e o Ministério da Educação ainda não tinha apoiado, digamos, as famílias, nem os operadores, nem a Fundação, não tinha transferido qualquer verba. Portanto, foi transferida uma verba que exigirá o acompanhamento, a monitorização, a fiscalização desses contratos, mas é um caminho que se tem de fazer — não terminou em Setembro, nem acabará este ano, continuará. Mas há uma base de informação rigorosa, nominal, porque assim tem de ser com a acção social escolar, para cada aluno, com a identificação da situação. Portanto, não há qualquer questão à volta disso. Mas há a garantia de que não ficou qualquer «buraco» no Ministério da Educação provocado pela acção social escolar, nem isso teria sido possível.

Portanto, se houve alguma correcção orçamental, foi por outras razões.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas na minha pergunta a questão da correcção que existiu a nível de orçamento foi apenas para contextualizar a pergunta, porque a pergunta não foi essa. E agradeço as explicações que deu, acho que são sempre agradáveis de perceber e de ouvir, apesar de se referirem a anos diferentes. De facto, as alterações que referiu, como disse, e bem, foram anteriores ao *Magalhães* e, por isso, os reflexos orçamentais não eram sentidos em 2009.

Mas a pergunta que lhe fiz foi uma pergunta directa e acho que é obrigação de uma ex-Ministra responder, porque o programa do

computador *Magalhães* terminou antes de o Governo ter cessado funções — terminou em Junho de 2009, quando o Governo cessou funções em Setembro de 2009 — e, nessa altura, já era conhecida a fraca adesão do ponto de vista de activações e, por isso, que a contribuição das operadoras nesse programa seria reduzido. Por isso, já era mais do que sabido, na altura, quanto é que o Governo teria de pagar.

Ora, a pergunta que lhe fiz é directa: quanto é que o Ministério da Educação pagou, quanto é que a acção social escolar pagou para o *Magalhães*? Disse-nos que é um programa em curso, mas não é um programa em curso para todo o sempre. Na pior das hipóteses, termina em Junho deste ano, um ano depois de os últimos computadores terem sido distribuídos, porque é aí que termina o período de activação.

Por isso, os custos do programa são finalmente verificáveis quando o período de activação vigente cessa, o que seria em Junho de 2010, já no próximo mês de Junho.

No entanto — e retorno ao que disse —, como foi dito pelas operadoras, é residual o número de pessoas que activaram a sua ligação à *Internet* no e.escolinha. Por isso, os grandes custos caberão ao Governo, foi o Governo que custeou grande parte do programa.

E a pergunta que fiz foi se o fez através da acção social escolar e, se o fez, quanto pagou. Quanto é que a acção social escolar deu para o e.escolinha? A esta pergunta não pode fugir.

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Vejamos: não é verdade que tivesse sido possível, em Setembro, ou agora, ou no final deste ano, a identificação do número de famílias abrangidas pelo e.escolinha, em termos de ligações à *Internet*.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Quer que lhe mostre os contratos?

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — A informação que o Sr. Deputado tem é o número de contratos realizados no momento da entrega do *Magalhães*. As famílias podem ter realizado contratos de adesão à *Internet* em períodos posteriores...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Têm um ano para o fazer!

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Está bem, têm um ano para o fazer! E, então, ainda não terminou — está a dar-me razão! Não terminou em Setembro, não era possível...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — *(Por não ter ligado o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Mas ainda não estamos em Junho, Julho ou Outubro de 2010!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas todas as operadoras dizem — e é reconhecido pelo próprio Presidente da Fundação — que o número de activações é residual e que têm tido desistências...

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Têm todos o poder de adivinhação!...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não, o que temos é os contratos que dizem que o Governo pagou os custos que as operadoras tiveram e que

as operadoras ressarciam a Fundação mediante as activações, activações essas que não aconteciam. Logo, se as activações não aconteceram, quem custeou foi o Governo.

E a pergunta é directa e simples: foi ou não através da acção social escolar? E, se foi, quanto é que custou? A pergunta é simples.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, está entendida a pergunta.

Faça favor, Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues.

A Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — Sr. Deputado, insisto: as contas do computador *Magalhães* não estão fechadas. Não estamos ainda em Outubro de 2010, não chegámos lá. Paciência...

Há gente com muito poder de adivinhação — aliás, devem ser os mesmos que previam que o *Magalhães* ia ser vendido ao desbarato na Feira da Ladra. Seguramente, são os mesmos, todos aqueles que, desde a primeira hora, anunciam a morte do programa e que têm procurado desqualificá-lo. Devem ser os mesmos, seguramente.

Por mim, vou por factos. Quem tem responsabilidades, é assim que tem de fazer. Portanto, o *Magalhães* não está fechado, vai ter de ser fechado. E não posso dizer-lhe quanto custou, em termos de acção social escolar, o *Magalhães*. Posso dizer-lhe qual foi o encargo que tivemos até Setembro, mas não é definitivo, porque é necessário fazer toda a verificação de toda a informação. Foi qualquer coisa inferior a 200 milhões de euros, mas não consigo precisar o valor exacto. No entanto, há documentação no Ministério da Educação, como há na Fundação, como há no Ministério das Obras Públicas. E foi dinheiro da acção social escolar adicional, sem qualquer prejuízo de qualquer das outras medidas da acção social escolar. Todas tinham aumentado: tinha aumentado o nosso encargo com refeições, com manuais, com transporte. Em todas as áreas da acção

social escolar o nosso encargo aumentou, em resultado da alteração que fizemos, que, também ao contrário do que o Sr. Deputado diz, teve efeitos no ano de 2009, no ano preciso de 2009. Teve impactos no mesmo ano em que lançámos o e.escolinha — e, se assim não fosse, eu não tinha a informação sobre o número de crianças que beneficiaram. Ora, essa informação é pública, foi divulgada e orientou toda a despesa do Ministério da Educação, no final de 2008 e 2009.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Dr.^a, deixe-me só fazer uma pergunta para precisar este ponto. O que a Sr.^a Dr.^a está a dizer é que, até Setembro de 2009, é uma verba que ronda...

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Para todo o programa e não só para o e.escolinha. É que nós temos a acção social escolar também no e.escola, e talvez mais significativa do que no e.escolinha. É que os alunos da acção social escolar, no e.escola, têm o apoio para o computador, como têm o apoio para a ligação por três anos — e isso não termina agora, isso necessita de ser acompanhado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas a minha pergunta foi para o e.escolinha!

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Mas para o e.escolinha não posso dizer-lhe, porque nas contas para o e.escolinha não estava especificado. Foi feita uma avaliação global, fundamentada, etc.

O Ministério da Educação adiantou, sob condição de agora serem acertadas as contas em função da situação nominal de cada aluno. A informação tem de ser nominal para cada aluno. É possível a Fundação fazê-lo e evidentemente que o fará. Mas, repare, estamos a pagar em

Setembro um programa que vinha desde 2007. Mais de metade dos alunos do e.escola são abrangidos pela acção social escolar e o Ministério da Educação estava, digamos assim, em dívida com essa...

O Sr. Presidente: - Queria fazer a seguinte precisão: este montante dos 200 milhões, em Setembro de 2009,...

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: - Menos de 200 milhões. Não sei precisar.

O Sr. Presidente: - ... de menos de 200 milhões referente ao e.escola e ao e.escolinha representa a validação de x computadores...

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: - Sim, de x computadores e ligações, porque a acção social escolar...

O Sr. Presidente: - De processos individuais validados.

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: - Sim, validados.

O Sr. Presidente: - Muito bem.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): - Ainda falta a resposta às perguntas referentes a...

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: - Falta, sim senhor.

Penso que o custo de todo o programa do e.escola e do e.escolinha demorará — é um assunto que se prolongará.

Creio terem sido respondidas todas as outras questões. São exactamente as mesmas questões levantadas pelos Srs. Deputados dos outros partidos. Mas renovo com gosto as minhas respostas.

À mudança de abordagem do novo Governo não posso responder. Apenas posso testemunhar aquilo que foram as dúvidas que se levantaram quando eu, em Setembro, ainda estava no governo. E as dúvidas com o Ministério das Obras Públicas eram: há ou não a possibilidade de continuar o programa no quadro da relação com os operadores. E não havendo condições para esse esclarecimento imediato, o que imagino é que o Ministério da Educação decidiu assumir ele próprio as responsabilidades de continuação do programa, o que me parece normal. Era uma decisão que teria de ser tomada.

Só havia duas possibilidades: ou era no quadro do programa das contrapartidas ou o Ministério da Educação decidia continuar ou não o programa. Decidiu continuar agora com os seus recursos próprios. Tudo isso me parece normal. Não vejo nenhuma novidade nisso. Era uma decisão que eu teria de ter tomado se o Governo tivesse durado mais tempo, se por qualquer razão eu tivesse sido confrontada com a necessidade dessa decisão.

Em relação à questão de definir em que momento, quem, como e onde são definidas as características para o *Magalhães*, de novo repito o que já disse ao seu colega: não consigo identificar essas datas nem dar-lhe essa informação, porque o trabalho sobre a questão do 1.º ciclo e dos computadores para o 1.º ciclo tem, para o Ministério da Educação, muitos anos. Há muitos anos que o Ministério da Educação se debate com o problema de como é que se resolve o problema do 1.º ciclo. Por um lado, tem as autarquias, que são quem tem a responsabilidade do apetrechamento e do equipamento técnico — e devo de novo dizer que há autarquias com uma acção absolutamente exemplar, que já tinham um computador por

cada criança do 1.º ciclo. O que é facto é que outras escolas, em outras autarquias, apenas tinham o computador que, em 1996, o Ministério da Ciência tinha colocado quando ligou todas as escolas à *Internet*. Portanto, a situação era de grande desigualdade, de grande diferença. E nós tínhamos esse problema, sobretudo no momento em que estávamos a apetrechar as escolas básicas e secundárias com novo equipamento: o que é que fazíamos com as escolas do 1.º ciclo. Já tínhamos resolvido o problema da ligação, cuja responsabilidade estava no Ministério da Ciência e que já tínhamos transferido definitivamente para o Ministério da Educação. Estávamos, com a Associação Nacional de Municípios, a tentar ver o que é que se podia fazer no quadro do QREN para apoio às autarquias, mas não havia um quadro claro de orientação, nem sobretudo que desse a garantia de que todas as crianças e todas as escolas iam ter tratamento igual nesta matéria.

Portanto, era um tema em que o próprio Ministério da Educação vinha trabalhando. Há muitos anos que o Ministério da Educação desenvolve conteúdos para computadores para o 1.º ciclo. Não é uma matéria nova. Não lhe posso dizer que é numa semana que o Ministério da Educação decide, porque é evidente que não é numa semana. Há um acumulado de trabalho e de reuniões, e de debate, e de discussão, e «faz-se assim, faz-se assado»... As coisas, na realidade, não são passíveis de ser descritas como os senhores querem. No dia tal anunciaram, no dia a seguir fizeram... Não, é uma evolução e uma maturação que os processos vão tendo que acabam, por vezes, por permitir decisões mais rápidas e noutros casos nem isso. Mas estou a perder-me um pouco no raciocínio em relação ao que lhe queria dizer.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): - Podemos daí concluir que, a 30 de Julho de 2008, quando assinou, na apresentação do *Magalhães*, o acordo de

princípios para a criação do e.escolinha, já estava previsto no Ministério da Educação a definição das características do computador?

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: - Dos computadores não creio, mas havia muitos contactos, não comigo, porque não é ao meu nível que essas coisas se tratam. Mas havia fabricantes de *software* produtores de equipamento, das coisas mais diversas. Estou a lembrar-me de várias circunstâncias em que... Recordo-me de uma vez ter ido ao Algarve e de haver um editor, mais um produtor de equipamento que me queriam mostrar como o equipamento instalado tão bem funcionava. Tinham produzido *software*, tinham produzido várias coisas, quadro interactivo inclusive.

Portanto, há muita gente a trabalhar há muito tempo nestas matérias no Ministério da Educação, não ao nível político, mas ao nível técnico. Portanto, é natural que, solicitados — «digam-nos lá o que é preciso para o 1.º ciclo» —, sejam capazes de o dizer rapidamente. Isso, para mim, não constitui nenhuma novidade, nem nenhuma surpresa, nem nenhum espanto, nem nenhuma coisa passível de ter de ser esclarecida. É a ordem natural das coisas.

Os professores do 1.º ciclo há muito tempo que aguardavam uma política de apetrechamento de equipamento informático. Fez-se muita formação, fez-se muito trabalho, pelo que é natural que as coisas se tivessem resolvido rapidamente e que tenha havido momentos de oportunidade para decisões mais rápidas.

Outra coisa que não posso deixar de lhe dizer é a garantia de que a orientação dos membros do Governo, a minha orientação como Ministra da Educação foi sempre a de uma enorme preocupação com a transparência e com o rigor em relação aos dinheiros públicos e, portanto, não houve nenhum interesse em favorecer a JP Sá Couto.

O que é que o Ministério da Educação sugeriu de equipamento, ou de software, ou de características que faça com que se possa dizer «era para a JP Sá Couto»? Tinha interesse na JP Sá Couto? Ouça,...

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): - Mas qual é a interpretação que faz...

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: - Não faço nenhuma interpretação! Não faço essas interpretações, não tenho nenhum interesse nesse tipo de preconceitos. Sabe a que é que isto levará? Levará a uma selecção de políticos e de políticas totalmente defensivas, em que nada se fará! Nada se fará! Porque estaremos sempre com a preocupação de pensar o que é que os futuros Srs. Deputados nos vão perguntar sobre o que fizemos.

A vida não é assim. Felizmente, é possível ter respeito pelas regras e, ainda assim, tomar decisões. É possível ter respeito pelas regras, é possível segui-las, é possível tomar decisões, é possível fazer alguma coisa pelo País, fazer alguma coisa pelas crianças e, ainda assim,...

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): - Mas não esquecendo as regras.

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: - ...e, ainda assim, não ter nenhum interesse que nos mova para além do interesse público.

Sr. Deputado, conceda-me o favor de acreditar que há gente na política e na Administração que é séria, que é responsável, que respeita as regras e que, ainda assim, faz alguma coisa de bom pelo seu país.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr.^a Prof.^a.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Gonelha para interpelar a mesa.

O Sr. Luís Gonelha (PS): - Sr. Presidente queria só registar o seguinte: estamos numa Comissão de Inquérito à Fundação das Comunicações Móveis. Parece que se quer transformar isto na comissão de inquérito ao programa e.escolinha! Se é isso que o Sr. Deputado pretende, faz um requerimento no sentido de se constituir uma comissão de inquérito ao programa e.escolinha!

O Sr. Bruno Dias (PCP): - Ninguém percebeu!

O Sr. Luís Gonelha (PS): - Não?

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado, fica registado.

Nos termos das regras fixadas, tem agora lugar uma segunda ronda de perguntas, que é mais rápida, com menos tempos atribuídos.

Pedia aos Srs. Deputados para se concentrarem nas questões que querem colocar e, sobretudo, que tentem evitar — já são quase 13 horas — repetição de perguntas que já foram feitas.

Seguindo a mesma ordem, dou a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): - Antes de começar a minha pergunta e antes de começar a contar o meu tempo, quero fazer uma interpelação a V.Ex.^a.

Quero dizer ao Sr. Presidente da mesa que, pela minha parte, estarei aqui o tempo que for preciso para ouvir as respostas da Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues.

Quero dizer também que, para além das respostas às questões concretas que eu ou outro Sr. Deputado queiramos fazer, tenho todo o

gosto em ouvir todas as opiniões e análises históricas, políticas, sociais e culturais que a Sr.^a Dr.^a tem para nos oferecer, que acrescenta às respostas e que podem, eventualmente, fazer demorar um pouco mais a reunião.

Pela minha parte, isso não é problema. O problema está em se as perguntas concretas que colocamos não tiverem resposta. Se isso implica demorarmos um pouco mais, cá estarei com todo o gosto e enquanto as minhas forças aguentarem.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado Bruno Dias,...

O Sr. Bruno Dias (PCP): - Sr. Presidente, em segundo lugar, quero registar com muito agrado — mais vale tarde do que nunca, e o pior erro é o que não se corrige! — que a lógica que, ao início desta reunião, pareceu prevalecer relativamente a uma dificuldade grande da parte de quem perguntava de acrescentar pontos, ou de rectificar aspectos, ou de precisar questões durante a resposta,... Felizmente que, durante os trabalhos desta reunião, essa questão regressou, digamos assim, à metodologia habitual desta Comissão de Inquérito.

Nesse sentido, valorizando o encaminhamento que acabou por acontecer de regressar a esse princípio de trabalho e estabelecidos que estão estes dois pontos, gostaria de transmitir ao Sr. Presidente e à mesa, que, quando o Sr. Presidente entender, posso começar a colocar as minhas perguntas.

O Sr. Presidente: - Vou responder brevemente à interpelação que foi feita, dizendo o seguinte: tenho toda a disponibilidade para estar aqui todo o tempo que for necessário para ouvir as respostas da Sr.^a Prof.^a Maria de Lurdes Rodrigues — aliás, é isso que temos feito com todas as pessoas que têm estado na Comissão de Inquérito —, sem nenhum limite de tempo.

Aquilo que me cumpre fazer é chamar a atenção dos Srs. Deputados, não só para o adquirido dos trabalhos desta reunião, ou seja, há perguntas que já foram ou não foram respondidas — isso fica à consideração de cada um, não é o Presidente que tem de fazer uma consideração de mérito sobre essa questão —, como também para irmos directos ao assunto: qual é a pergunta em concreto que queremos fazer para depois podermos ouvir as respostas.

Em segundo lugar, queria sublinhar o seguinte: julgo que o Sr. Deputado não tem razão no reparo que faz à mesa. O Sr. Deputado dispôs de mais tempo na sua primeira intervenção do que o tempo que está previsto e, para além disso, teve a oportunidade de interpelar de uma forma que, nesta Comissão, julgo contribuir para a vivacidade dos trabalhos.

Sou advogado e sei que, num interrogatório em tribunal — não é exactamente a mesma coisa aqui, mas, enfim, vamos seguir esse paralelismo —, não ganhamos ou podemos ganhar muito no apuramento daquilo que foram os factos que se passaram se, para além da bateria de questões que pomos nos 10 minutos que foram distribuídos a cada um dos Srs. Deputados, pudermos aqui ou ali fazer uma precisão interpelando no momento e podendo fazer uma aproximação mais concreta aos factos que queremos apurar. É isso que a mesa tem deixado fazer de uma forma, julgo, mais ou menos sensata, sem ter uma métrica. Não está em causa se o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares fez quatro ou cinco interpelações e se o Sr. Deputado Bruno Dias fez só duas. A questão não é essa, a questão tem a ver com o fluir normal das perguntas e respostas que se estão a fazer e sobre aquilo que é preciso naquele momento precisar.

Uma vez por outra, tenho também procurado fazer essas precisões,...

O Sr. Bruno Dias (PCP): - E bem!

O Sr. Presidente: - ... no interesse daquilo que me parece, em cada momento — às vezes posso estar mais certo, outras vezes posso estar mais errado —, contribuir para o objecto da Comissão de Inquérito.

Sr. Deputado, vamos então começar a contar — já quase podia ter feito todas as perguntas — o tempo. O Sr. Deputado fará as perguntas no tempo que está previsto par esta segunda ronda, que é metade do da primeira.

O Sr. Bruno Dias (PCP): - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mesmo não querendo repetir perguntas, temos de voltar à questão que está subjacente à que foi formulada.

Podemos nesta altura verificar — é uma conclusão relativamente clara até agora — que o próprio contrato, tal como foi dito pelo Prof. Eduardo Cardadeiro, é no mínimo pouco claro no que diz respeito às licenças que deram depois origem à negociação que praticamente começou para interpretar aquilo que vinha de trás das propostas desactualizadas entretanto.

Pergunto à Sr.^a Dr.^a se essa constatação das propostas desactualizadas já remontava ao momento da emissão das licenças UMTS. Falou em poucos meses e, de facto, durante o tempo que isto demorou até se cumprir o processo de concurso público, gostaria de saber se, sim ou não, se chegou ao ponto de emitir a licença já com a proposta ultrapassada no tempo e caducada quanto à sua actualidade.

Segunda questão tem a ver com a linha de fronteira entre contrapartidas públicas e actividade comercial normal e a respectiva angariação de clientes e quota de mercado. Peço que tenha a gentileza de ter uma melhor consideração pela inteligência de todos e não comparar aquilo que é quota de mercado e receita... Ontem, o Presidente da Vodafone falou em 4 milhões de euros por ano decorrente destes 25 000

computadores com ligação à banda larga. Ora, se são 500 000, por exemplo, o caso é completamente diferente. Portanto, há uma relação custo/benefício e há um estudo quanto à relação custo/benefício para o Estado e para as operadoras em relação ao dinheiro que as operadoras teriam de gastar na execução de iniciativas e de projectos.

Quero perguntar se esta preocupação que aparece no Grupo de Trabalho UMTS em 2006 surgiu antes, nomeadamente durante o seu exercício de funções. Parece-me que não, mas queria perguntar se isso se confirma. E não fale, por favor, em distribuição de leite e em produção de leite e em lucros. Não é disso que estamos a falar. Falamos da relação custo/benefício, ou seja, o que cada um tem a gastar e o que cada um tem a ganhar. Desse ponto de vista, tratam-se de questões muito específicas e agradeceia uma resposta específica.

Quero falar-lhe de outra questão que foi clarificada e que era também o nosso entendimento. Durante anos, o Ministério da Educação, ao colocar os computadores nas escolas para serem utilizados pelos alunos - o Ministério não colocava os computadores na 5 de Outubro, mas nas escolas para os alunos os utilizarem -, sempre teve, e bem, a preocupação de não restringir a opção à marca Microsoft. As especificações associadas como anexo ao contrato do e.escola, da e.inicitivas, em 2008 com retroactivos a 2007, só falam especificamente em Microsoft Windows Vista e em Microsoft Office. É a única referência de *software* que aparece. Portanto, não se trata do que muito mais tarde acabou por aparecer explicitamente apenas na TMN (um dos três operadores disponibilizou a existência de computadores com a outra opção sem ser Microsoft), pois durante muito tempo só existiu essa opção. Assim, tivessem os alunos 16, 46 ou 89 anos de idade só tinham aquela opção, ou seja, não se trata de um problema de maturidade.

Quero colocar-lhe a questão sobre a ausência de opção. Não a

questiono sobre a liberdade e a autonomia para os estudantes do 11.º ano, mas sobre a ausência de opção que não foi acautelada, ao contrário do que o Ministério durante anos vinha fazendo na disponibilização de material informático e de *software* para os alunos nas escolas. E essa alteração qualitativa contracorrente carece aqui de algum esclarecimento.

Há ainda um outro aspecto: aparece a oferta e a disponibilidade garantida no anexo ao contrato com as operadoras por parte do Governo de Microsoft Office e de Microsoft Windows Vista, mas um ano antes disto, em 2006, existe um memorando de entendimento entre o Governo e a Microsoft em que se refere «projecto piloto de adaptação à futura geração de aplicações Windows Vista e Office », que é assinado por Maria de Lurdes Rodrigues, Ministra da Educação. Um ano depois, aparece o e.escola só com *software* da Microsoft: Windows Vista e Windows Office, que aparece no memorando de entendimento. Penso que isto merece uma explicação, Sr.ª Dr.ª Maria de Lurdes Rodrigues.

Queria ainda questioná-la sobre o papel do Ministério da Educação. Pareceu-me ouvir referir a Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC) e a Direcção-Geral da Educação Permanente (DGEP) no quadro do e.escolinha. Peço apenas que confirme se percebi bem, ou seja, que foi a DGIDC e a DGEP que, no quadro do e.escolinha, seja para a configuração do computador seja para o *software*, tiveram essa intervenção.

Pergunto se alguma vez essa intervenção, essa participação, esse contributo também foi colocado para o e.escola. Na prática, pelos vistos, veio a não se verificar. A abordagem foi: por onde é que começamos? Pelo 11.º ano e vamos certificar que estas pessoas pertencem a famílias com alunos naquele ano. A outra questão é a adequação da oferta sobre o próprio *software*, visto que existiam, de facto, iniciativas e projectos do Ministério da Educação - é verdade, sim senhora, confirmamos também

termos esse CD - para projectos pedagógicos no 11.º ano, secundário, etc., que, de repente, no e.escola não aparecem. Deste ponto de vista, gostaria que nos dissesse qual foi a razão para que essa participação activa não fosse concretizada e se foi equacionada ou não.

O Sr. Presidente: - Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sr.ª Prof.ª Dr.ª Maria de Lurdes Rodrigues.

A Sr.ª Prof.ª Dr.ª Maria de Lurdes Rodrigues: - Sr. Presidente, Sr. Deputado, não sei se há muito mais a responder. Pensava que já tínhamos ultrapassado estas questões.

A posição do Ministério da Educação no que respeita aos computadores para os alunos, distribuídos às famílias dos alunos do 10.º, 11.º e básico, surgiu no entendimento de que eram computadores para as famílias, para os professores, para os formandos do programa Novas Oportunidades. Portanto, tendencialmente adultos e para uso prioritário no quadro das famílias e não no quadro do Ministério da Educação. O Ministério da Educação manteve e desenvolveu um programa de apetrechamento das escolas com portáteis, com computadores fixos, manteve a sua linha de investimento nas escolas que nada tem que ver com esta, não tem o mesmo tipo de exigências, é um programa de tipo diferente que nunca tinha sido realizado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): - Sr.ª Dr.ª, para perceber melhor, queria apenas perguntar-lhe: no aspecto que acabou de referir, qual é a grande diferença entre o e.escola e o e.escolinha?

A Sr.ª Prof.ª Dr.ª Maria de Lurdes Rodrigues: - A grande diferença é não só a responsabilidade que sentimos, mas a percepção de que o

Ministério da Educação tem um papel a cumprir que é insubstituível e que não existe nas crianças, nos adultos e nos professores que têm outras idades.

O Sr. Bruno Dias (PCP): - No entanto, o Magalhães não era para ser usado no quadro do Ministério da Educação, mas pelas famílias e pelos jovens.

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: - Sr. Deputado, já lhe expliquei que é verdade, que é para ser utilizado pelas famílias, mas que, com crianças com 10 anos e menos, percebemos que o Ministério da Educação tem um papel insubstituível, que não é tão necessário com crianças mais velhas e é de todo dispensável quando se fala de professores e de formandos do programa Novas Oportunidades, que é o papel de mediação da criança com o equipamento, mas também as suas famílias.

Penso que já expliquei o suficiente. Se o Sr. Deputado tiver algum interesse nesta conversa, podemos continuar depois, mas já fiz o esforço de explicar que, tratando-se de crianças de outras idades, assumimos não só a responsabilidade de as proteger e de as acompanhar, como de mediar a relação delas com o equipamento e com as famílias, o que nos pareceu dispensável e desnecessário no caso dos outros alunos.

Daí decorre que não tenhamos feito nenhuma questão nem tenhamos tido nenhuma intervenção na definição do *software* para o programa e.escola. Aliás, os operadores em muitos casos tinham uma política própria: colocavam algum *software* que entendiam útil ou que era pedido pelos alunos ou pelos professores. Portanto, existiu uma margem que explorou a autonomia e as competências que esses segmentos da população já tinham, pelo que não me parece haver nada de extraordinário.

Pergunta-me ainda se, à data da atribuição das licenças, as propostas

e os projectos previstos já teriam, eles próprios, caducado. Não lhe consigo também precisar. Aliás, não acompanhei a atribuição das licenças nem a avaliação das propostas. Não acompanhei nada disso, pelo que estava muito longe dessa situação, que, depois, vim a acompanhar. Não tenho, por isso, condições para responder a essa pergunta. Não sei, pode acontecer que...

O Sr. Bruno Dias (PCP): - Mas falou em propostas ultrapassadas.

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: - Sim, quando se começou a analisar, mas já tinha passado algum tempo e estávamos a falar para o futuro. Não se esqueça que, no momento em que começámos, estávamos a falar para o futuro, mas um futuro em que ainda não se sabia a data exacta em que os operadores, por exemplo, começavam a disponibilizar o serviço, que se atrasou mais de um ano. Também já não me recordo quanto tempo é que se atrasou, mas atrasou-se muito tempo. Houve um momento em que existiram problemas na Alemanha... Agora não consigo precisar, só muito vagamente, mas os concursos foram todos mais ou menos na mesma data e houve problemas com operadores em outros países, não sei se de falência, que perturbaram muito a expectativa que os operadores tinham de segurança em relação às possibilidades de desenvolvimento do negócio. Portanto, houve momentos em que não era claro qual o avanço ou qual a expectativa de desenvolvimento que todas aquelas licenças tinham.

Assim, os operadores, dentro do seu quadro de funcionamento, ponderavam os investimentos a fazer, os avanços a dar. Tudo isso é normal. Não posso dizer se já estavam ou não caducados. Era evidente a desadequação já de alguns projectos ou o menor interesse, porque se sobrepunham, porque tinham formulações diferentes por parte dos vários

operadores. Mas não lhe posso dizer mais do que isso. E, na altura, nunca se colocou a questão de quantificar exactamente qual era o benefício que iam ter os operadores com os diferentes projectos, qual era o benefício que daí resultaria para o Estado, ou para as famílias, ou para a população em geral. As aproximações que fazíamos era no sentido, do nosso lado, de potenciar e maximizar o interesse público e o benefício para as famílias. Quando, como lhe disse, o Governo, já perante projectos concretos, estipula tectos máximos para os custos, está a proteger os interesses das famílias ou do próprio Estado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): - Sr.^a Dr.^a, peço desculpa, mas queria só esclarecer uma dúvida. Diz que as licenças poderiam ou não ter propostas já ultrapassadas (não sabe avaliar) e que essas licenças terão sido emitidas provavelmente do ano 2000 no âmbito do concurso UMTS. Como exerceu funções entre 2000 e 2001, pergunto-lhe se essa avaliação é feita logo à saída das licenças, em termos imediatos, ou se há aqui uma diferença temporal entre essa constatação e a saída. Não sei se me estou a fazer entender.

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: - Não me consigo recordar: não sei em que data as licenças foram atribuídas, não sei em que data o concurso foi feito, não sei sequer a data em que se realizaram as reuniões em que participei. Tudo isso pode ser reconstituído facilmente, mas de memória não tenho essa informação.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr.^a Prof.^a.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. João Paulo Correia (PS): - Sr. Presidente, Dr.^a Maria de Lurdes

Rodrigues,...

O Sr. Bruno Dias (PCP): - Peço desculpa interromper, mas queria só chamar a atenção de que há o aspecto da estimativa inicialmente colocada, ou não, sobre a relação custo/benefício para o Estado e para os operadores e que a Sr.^a Prof.^a não abordou essa matéria agora.

O Sr. João Paulo Correia (PS): - Sr. Presidente, vou fazer uma pergunta e a Sr.^a Dr.^a responde posteriormente em conjunto.

Sr. Presidente, Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues, quero cumprimentá-la e felicitá-la pela clareza e firmeza da explanação que aqui nos trouxe sobre o programa e.escola e o programa e.escolinha. Clareza e firmeza ao nível da construção da ideia, firmeza e clareza ao nível da sua implementação, firmeza e clareza ao nível dos resultados obtidos com o projecto e.escola, incluindo a componente e.escolinha.

Esta introdução reveste-se da maior importância, porque vamos na 12.^a, na 13.^a ou na 14.^a audição e temos sentido alguma insistência por parte da oposição a tentar desvalorizar a generosidade e o alcance do projecto e.escola.

Quero deixar bem claro que, para o Partido Socialista, o projecto e.escola é o mais puro contributo de quem promove a sociedade de oportunidades, de quem defende e diariamente implementa medidas de acesso igual, neste caso, às novas tecnologias, independentemente das condições sociais ou geográficas. Não existe aqui qualquer tipo de discriminação no acesso às novas tecnologias. Este programa conseguiu, até deste ponto de vista, dar um pulo social, permitindo que todas as famílias e respectivos alunos tenham acesso a esta oferta tecnológica que vai dotar sobremaneira uma nova geração, principalmente uma nova geração escolar.

O acesso às novas tecnologias no programa e.escola dá-se por três vias: do *hardware*, do *software* e da *Internet* através da banda larga.

Queria centrar a minha pergunta no aspecto do *software*. Ouvimos o Dr. Paulo Trezentos, como representante da Empresa caixa Mágica, uma *spin-off*, 100% nacional, nascida no mundo universitário, no ISCTE, dizer que a participação do *software* da empresa Caixa Mágica foi, pela primeira vez, tratado em pé de igualdade, do ponto de vista concorrencial, no programa e.escolinha.

Disse também que uma das primeiras experiências que essa empresa, a Caixa Mágica, concorrente da Microsoft, teve foi em 2004, nas salas TIC, e que, na altura, o tratamento que foi dado ao *software* da empresa Caixa Mágica foi o seguinte: quando o computador arrancava, se o utilizador deixasse passar alguns segundos do seu arranque, ele automaticamente assumia o *software* da Microsoft. Ele deixou isso bem claro e registou a evolução dessa experiência de 2004 para a experiência do e.escolinha, do chamado computador *Magalhães*, em que quando qualquer utilizador arranca com o computador pode optar, sem qualquer pressão de tempo, entre o *software* da Microsoft e o *software* da empresa Caixa Mágica.

Portanto, este registo positivo que foi deixado pelo representante da empresa Caixa Mágica diz bem que não houve qualquer tratamento privilegiado à empresa Microsoft, como muitas vezes ouvimos alguns partidos da oposição ventilarem na comunicação social e insinuarem em diversas audições da Comissão de Inquérito.

Pergunto qual foi a sua intervenção, o seu envolvimento neste passo positivo ao nível do acesso e da utilização do *software* no programa e.escolinha, ou seja, no computador *Magalhães*, e da importância que isso acrescentou aos utilizadores e às suas famílias.

O Sr. Presidente: - Tem, a palavra a Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes

Rodrigues.

A Sr.^a Prof. Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: - Sr. Presidente, Sr. Deputado, penso que a sua intervenção serve para clarificar a posição e a actuação do Ministério da Educação durante o mandato do governo anterior e que penso que continua, que foi a de rentabilizar tudo aquilo que era passado de trabalho na área do *software* livre, criando uma oportunidade de tipo diferente em igualdade de condições para o *software* livre e o *software* da Microsoft.

O que distingue o e.escolinha do e.escola, que determina as diferenças que, depois, se vêm a materializar nas decisões que são tomadas no programa, é a idade das crianças, que obriga a que a escola tenha um papel, que, noutros casos, pode ser substituído, mas que naquele caso não o pode ser. As crianças estão numa idade de aprender também na diversidade. Portanto, tínhamos aí uma responsabilidade em que não se podia deixar à decisão das famílias, dos próprios alunos ou dos adultos essa questão tão decisiva como é a da diversidade também na educação e, neste caso, a diversidade de *software* ou de possibilidades de desenvolvimento.

Portanto, o Ministério da Educação (não posso dizer que fui eu própria) tem há muitos anos uma política para o *software* livre de apoio, de desenvolvimento e de integração. Haverá momentos, por vezes, acontece nalgum programa específico em que pode não ser tudo realizado de acordo com a orientação política, mas há muito tempo que o Ministério da Educação tem uma política de divulgação de *software* livre e de criação de condições nas escolas para que se use o *software* livre para a formação de professores e de alunos, de lançamento de programas especiais.

Portanto, o que fizemos foi respeitar essa linha de orientação, adoptá-la e concretizá-la. Infelizmente, não há condições para dar passos maiores. As escolas não têm, infelizmente, condições para tomar decisões do tipo

«só *software* livre». Não temos essas condições. Criaríamos enormes problemas às escolas e aos alunos sem qualquer necessidade.

Portanto, gostava de acentuar que a idade das crianças faz com que haja uma responsabilidade diferente do Ministério da Educação, envolvendo as escolas e os professores. Sentimos isso e percebemos que assim é. Daí decorrem outras diferenças, designadamente a questão do *software*, que se colocou, nessa altura, e que nos trouxe muitos problemas. Não fosse a Caixa Mágica e não tínhamos tido erros. Mas são erros cujo balanço, apesar de tudo, considero positivo. Não foi mais ninguém, não foi o Paulo Trezentos. Foi mesmo a Ministra da Educação a responsável por aqueles erros. Mas penso que, no final, valeu a pena porque as crianças têm certamente uma educação na diversidade, mais rica e, felizmente, há sempre mais espaço para, depois, podermos assistir aos processos de desenvolvimento.

Mas, como lhe digo, é uma política do Ministério da Educação, que, na minha opinião, devia ser continuada, preservada e até ir mais longe, o objectivo deve ser ir mais longe.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): - Sr. Presidente, vou começar por recentrar um pouco o debate no que diz respeito ao âmbito da nossa Comissão e afirmar que a vinda da Sr.^a Dr.^a a esta Comissão de Inquérito ganhou particular relevo a partir do momento em que o seu ex-colega de Governo, Eng.º Mário Lino, disse que a responsabilidade da definição das características era do Ministério da Educação. Penso que isso foi notório ao longo de toda esta sessão.

Uma segunda questão tem a ver com o que a Sr. Professora defendeu como sendo a «ordem natural das coisas», que se trata de um processo

natural que foi desembocar num determinado fim. A verdade é que toda essa ordem natural que a Sr.^a Professora deixou bem clara desembocou numa coisa chamada *Magalhães*. Senão vejamos: no dia 30 de Julho de 2008, o País assistiu à apresentação de um produto inovador como sendo o primeiro computador português, apresentação que até teve a presença do Sr. Primeiro-Ministro, que apadrinou o lançamento deste produto.

A 15 de Setembro desse mesmo ano, é criada a Fundação. Três dias depois, como tivemos oportunidade de ouvir nesta Comissão de Inquérito, as características foram enviadas pela Fundação aos operadores, que consultaram o mercado e constaram, como tivemos oportunidade de saber, que o único produto que estava em condições de ser imediatamente disponibilizado era o referido *Magalhães*, que tinha sido apresentado a 30 de Julho.

Também ouvimos, segundo respostas dadas por potenciais fornecedores para poder servir o objectivo, que necessitariam de dois ou três meses para preparar um produto.

No dia 23 de Setembro, cinco dias depois de as características serem comunicadas aos operadores e de os operadores procurarem ver no mercado quem é que podia fazer isto, foram entregues 3000 computadores numa sessão pública, onde, como já tivemos oportunidade de confirmar, a Sr.^a Prof.^a também esteve presente.

E isto não acaba aqui, porque os contratos destes 3000 computadores, entregues a 23 de Setembro de 2008, são assinados em Maio de 2009.

Sr.^a Professora, a questão é que não consideramos que isso se trata de uma «ordem natural das coisas» e é por isso que esta Comissão de Inquérito existe, porque considera claramente que há qualquer coisa de muito errada. Esta ordem natural não faz sentido, porque isto não existe, desta forma.

Depois de ouvir a sua explicação sobre a «ordem natural das coisas», até comecei a pensar: «Mas será que antes de 30 de Julho, com a tal ordem natural que estava a decorrer já algum tempo na preparação das características, algum dos fabricantes teve acesso a informação que os outros não tiveram para ter o equipamento feito?».

Há um conjunto de dúvidas que se adensam mais ainda depois de a ouvir.

Depois, coloco ainda uma terceira questão, que não fui capaz de explicar correctamente na minha primeira intervenção, que tem a ver com dois aspectos. Um deles é o dinheiro que o Estado colocou directamente.

O Sr. Presidente da Fundação disse que, em Setembro de 2009, do volume total de 854 milhões, já existia investimento directo do Estado no valor de 225 milhões.

Retomando o que disse anteriormente, vou procurar explicar melhor: havia um «bolo» de contrapartidas, «bolo» que se esgotou porque os projectos foram para além disso, o que, sejamos claro, penso que é positivo, porque houve mais gente, melhores equipamentos, não sendo o mérito da medida que está em causa. Mas foi muito para além disso, e houve aqui, de facto, dinheiro, que o Estado pôs directamente, e foram muitos milhões, uma parte significativa até através da acção social escolar.

A questão que coloco é: se, a determinado momento, uma vez que todos os contratos tinham de ser validados previamente pelo Ministério da Educação, como está estabelecido nos contratos que se fazem... Ou seja, era a tal questão da monitorização; sei que a facturação era monitorizada pela Fundação, mas o Ministério da Educação sabia quantos computadores estavam a ser entregues, porque isso previamente tinha de ser validado.

O Sr. Ramos Preto (PS): - *Aparte inaudível.*

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): - Sr. Deputado, agradeço o seu empenho, mas não resolve nada.

Em nenhum momento deste percurso se colocou a questão da necessidade de este dinheiro ter um escrutínio público diferente do que o que estava a ser dado?

Mais: por que razão é que, para este ano lectivo, as regras foram alteradas? A Sr.^a Professora deixou de ser Ministra da Educação, em Setembro, já o ano lectivo estava a arrancar, e houve uma alteração substancial na forma como isto está a ser tratado. Houve, de facto, uma alteração de estratégia, para além do atraso que decorre da alteração da estratégia. Gostaria de saber se, de facto, foi o seu governo ainda que alterou esta estratégia ou se já foi o novo. Ou seja, o que é que se alterou? Por que razão é que se passou de não concurso para concurso? Era esta a questão que eu gostaria de ver esclarecida.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra a Sr.^a Professora Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues.

A Sr.^a Prof. Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: - Já referi o que penso sobre a mudança de estratégia deste Governo. Nos últimos dias, nas últimas semanas, no último mês em que estive no governo já estávamos em conversações com o Ministério das Obras Públicas para perceber se a continuidade do programa se fazia no quadro da Fundação, ou se era necessário garantir outros recursos. Portanto, é natural que essas conversas tenham evoluído, que respostas, que não foi possível dar na altura, tenham vindo depois e que tenha havido condições para tomar uma decisão. Não me espanta nada que a decisão tenha sido esta.

Fico muito contente com o facto de o Ministério da Educação tenha decidido assumir as responsabilidades e dar continuidade ao programa.

Não lhe posso falar quanto às condições da decisão, mas posso testemunhar que não é nada de espantoso.

No que respeita aos contratos previamente validados pelo Ministério da Educação, insisto que o Ministério da Educação não validava previamente nenhum contrato. O Ministério da Educação emitia *vauchers*, senhas para todos os alunos. Todos os alunos do 10.º ano receberam uma senha, todos os professores receberam uma senha, todos os formandos de Novas Oportunidades (não sei em que fase da sua inscrição do programa) recebiam uma senha, com a qual se dirigiam à plataforma dos operadores onde se inscreviam, apenas alguns, não sabemos quantos. Esta é a agora a fase de trabalho entre a Fundação e o Ministério da Educação para o retorno da informação dos contratos efectivamente realizados, em que condições, para haver o acerto de contas.

O Sr. Jorge Costa (PSD): - Sr. Presidente, peço desculpa, mas é importante clarificar que todos os contratos assinados entre a Fundação e todos os operadores têm um ponto que vou ler, pois a Sr.ª Professora está a incorrer num erro, ainda que involuntariamente.

O que se diz aqui é que «a oferta - a oferta é o computador - apenas poderá ser disponibilizada aos beneficiários após comunicação pela Fundação ao operador da validação dos dados efectuada pelo Ministério da Educação».

A Sr.ª Prof. Dr.ª Maria de Lurdes Rodrigues : - Sim!

O Sr. Jorge Costa (PSD): - Ou seja, só após validação com o Ministério da Educação é que o beneficiário poderia obter o computador.

A Sr.ª Prof. Dr.ª Maria de Lurdes Rodrigues : - Era um processo

automático. Gostava a chamar a vossa atenção para o seguinte: tivemos um problema que foi a preocupação com a protecção de dados, sobretudo dos alunos...

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): - Não, não!

A Sr.^a Prof. Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues : - É, é! Desafio o Sr. Deputado... Não se pode desvalorizar a dimensão da construção do sistema de informação. Não era possível, no espaço de tempo em que conseguimos, distribuir não sei quantas centenas de computadores, diariamente, durante um ou dois anos consecutivos, se não houvesse uma plataforma de informação sustentável, e, ainda assim, não houve qualquer problema com a protecção...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Pois não está em causa, porque é um dado adquirido!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — A pergunta não foi essa, Sr. Presidente. Em explico melhor a pergunta.

Durante o seu consulado, o Estado gastou, até Setembro de 2008, 176 milhões de euros da acção social escolar, sem concurso público, e eu gostava de perceber porque é que não o fez.

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Gastámos muitos outros milhões da acção social escolar sem concurso público, Sr. Deputado, porque a acção social escolar tem regras próprias, os apoios têm de ser

nominais e o apoio é dado à família ou à criança nominalmente, sem concurso público. E, portanto, não está a falar da mesma...

Apartes inaudíveis.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, eu sei que já estamos todos um bocadinho cansados, depois destas horas todas.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu não!

Risos.

O Sr. **Presidente**: — V. Ex.^a tem uma grande resistência!

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — O processo de validação dos dados era um processo da validação que se passava no sistema da informação e era automático, não era uma validação administrativa. Portanto, as bases de dados da Fundação e do Ministério da Educação estavam ligadas, como estavam ligadas as dos operadores. Havia um processo de fluxo de informação bastante complicado e isso exigiu mais ministro do que, à primeira vista, era suposto. Isto só para falar brevemente.

Portanto, essa validação é uma validação que se passa entre as bases de dados, é meramente técnica, em que a informação «pica» e fica num registo e esse registo onde está acordado que fique está na Fundação, que, aliás, depois tem meios de ligação às bases de dados dos operadores, até para verificação de contratos, para que não possam escapar, digamos assim, contratos de prestação de serviços ao controle da Fundação. Portanto, esse sistema é bastante exigente e complicado.

Mas essa validação que aí está referida é uma validação técnica de comunicação entre bases de dados. É só a dizer: esse aluno existe, essa família existe, os dados que ele está a declarar da acção social escolar são correctos, são verdadeiros. E acaba aí a nossa intervenção. É mera redundância e controle da informação.

Depois, sobre a sua primeira questão, ainda insistindo nas datas, nos prazos e na ligação entre a sessão pública e a criação da fundação, quero dizer o seguinte: a Fundação devia estar a ser preparada há muito tempo! Não lhe consigo responder a isso! Mas não vejo uma ligação entre anunciar o computador *Magalhães* e, depois, fazer uma Fundação. Não consigo fazer essas ligações!

Acho que é preciso uma predisposição para ler as coisas de determinada maneira, e eu tenho de confessar que não tenho essa predisposição, não consigo ler essas intenções, não consigo... E estou de consciência totalmente tranquila. Não sei o que é que...

Compreendo as preocupações dos Srs. Deputados e o sentido da criação da Comissão, tudo isso para mim faz sentido, mas os motivos, os sinais, que os senhores procuram utilizar para fazer prova de que houve aqui uma orientação para proteger estes ou aqueles interesses... Eu não consigo ler as coisas dessa maneira.

Estou totalmente tranquila, totalmente à vontade, e as preocupações que tive, ao longo deste tempo, com o Programa e.escola, com o Programa e.escolinha já vo-las transmiti e acho que, apesar de tudo, consegui que os objectivos que podiam estar em causa com as minhas preocupações fossem conseguidos. Portanto, não tenho essa preocupação.

Peço desculpa, mas não consigo ir mais longe do que isto.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Prof. Maria de Lurdes Rodrigues

Tem a palavra o Sr. Pedro Filipe Soares, que é o último orador.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente,...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hélder Amaral tinha dito que não queria fazer, mas...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E não vou, não vou!

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas também não quero que a minha desistência seja considerada...

O Sr. **Presidente**: — Não é desistência!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... um indício de cansaço, porque estou disponível para estar aqui a tarde toda. Não tenho é muito tempo para ouvir sempre as mesmas respostas e sempre no mesmo sentido, isto é, «não sei», «ouvi falar, mas não estava lá», e, portanto...

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Peço desculpa, Sr. Deputado, mas não me ouviu dizer «nada sei» nem «não estava lá», pelo contrário, explicitiei bem os momentos em que estive, qual foi a minha responsabilidade nas decisões que foram tomadas e todos os momentos em que estava.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr.^a Professora, quero cumprimentá-la.

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Agora, quando me pedem a interpretação sobre factos que não são conexos, só posso dizer que não consigo ler a interpretação que os senhores fazem dessas ligações.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — As minhas preocupações foram...

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Mas não disse «nada sei» nem «não estava lá».

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Eu vou precisar.

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Nunca me ouvirá dizer isso.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — A minha primeira pergunta tinha a ver com a sua função no Grupo UMTS, no sentido de saber a origem e a definição do que é que eram contrapartidas e *inputs* ou não, e estou esclarecido com a sua resposta.

A segunda, porque a sua assinatura, enquanto Ministra da Educação, consta de um protocolo de entendimento celebrado numa data precisa e numa acção pública, onde aparece um produto que era suposto estar apenas na esfera do conhecimento do Ministério das Obras Públicas, que quis tutelar a Fundação, a qual funciona nas suas instalações, os seus contratos dizem que o Governo assume o seu controle, nomeia três administradores e actua subsidiariamente em nome dessa Fundação — nada tem a ver com o seu ministério, tem a ver com o Ministério das Obras Públicas — e, depois, o próprio ex-Ministro das Obras Públicas disse que toda a programação do

e.escolinha, o que também foi dito pelo Prof. Carlos Zorrinho (está nas nossas actas), é da concepção do Ministério da Educação.

Ainda assim, há uma empresa portuguesa, contra a qual nada tenho absolutamente, que, antes de estarem definidas as características, porque existia apenas a concepção do Programa, aproveitando as contrapartidas ou as ofertas dos operadores, já tinha anunciado o *Magalhães*. Há notícias de que, dois dias antes dessa sessão pública, essa empresa tinha dito que ia produzir um computador que se chamava *Magalhães*, explicando porque é que se chamava *Magalhães* e dizendo onde é que ia ser situada a fábrica e, poucos meses depois, esses 3000 *Magalhães* existem. Era a tal ordem natural! Faço minhas as palavras do Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

Ainda assim, uma ministra do Governo de Portugal, uma personalidade com a relevância da Sr.^a Prof., acha que todos nós estamos a tirar conclusões precipitadas.

Por isso é que eu disse que, quando lhe perguntámos se esteve presente nos contratos, se definiu as características, que foram definidas numa *task force*, onde os responsáveis que lá estiveram dizem que estava o Ministério da Educação, não foi capaz de me dizer quem lá esteve, se foi um secretário, um assessor, sei lá, alguém estado fisicamente nessa *task force*. Eu fiz-lhe a pergunta: quem? Se não esteve lá, porque disse que não tinha estado, quem lá esteve?

Portanto, são estas dúvidas que quero que fiquem em acta, porque, amanhã, vamos votar um novo requerimento para ouvir o ex-Ministro das Obras Públicas e o presidente da Fundação.

Esta audição que fizemos hoje pode parecer que não valeu a pena, mas foi extremamente útil. Para mim, foi extremamente útil.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues.

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas tenho responder e recusar as suas observações.

Primeiro, começa por dizer que respondi que «não estava» e «que não sabia». Não é verdade. E, de tal forma, não é verdade que o Sr. Deputado até se cansou das minhas respostas, porque disse que não estava para ouvir tantas vezes a mesma resposta. Tenho pena de que o Sr. Deputado não tenha assinalado que as perguntas também não variaram muito e, portanto, as respostas também não podiam variar.

Risos do PS.

Mas o que lhe quero dizer é que estava lá e sabia bem o que estava a fazer.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Diga quem estava na *task force*!

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Também respondi a essa questão, também disse que as responsabilidades nesta área estavam divididas entre a DGIDC e o GEP. Foram as duas instituições do Ministério da Educação onde residem competências nesta área das tecnologias da informação, num caso para o equipamento técnico e noutra para o *software*, as dinâmicas e a gestão que é preciso fazer e, portanto, não posso estar de...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Pode dizer-me quem é que representou o Ministério da Educação...

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Estas instituições têm dirigentes com autonomia para decidirem quem vai a estas reuniões. Peço-lhe desculpa, mais o ministro não é informado sobre todos os técnicos do Ministério da Educação que participam em todos os grupos de trabalho que se podem formar. Numa reunião pode ter estado um, noutra ter estado outros, portanto terão de ser interpelados os dirigentes destas instituições para dizerem em que condições trabalharam, como é que foi. Podem ter havido grupos de trabalho! Não faço ideia de como é que as coisas correram e, portanto, não posso ir mais longe.

Muitas vezes as perguntas parecem querer colocar na boca a resposta de quem tem de responder, e isso às vezes não é possível, porque a resposta certa não é a que o Sr. Deputado gostava de ouvir, a resposta certa é outra, e eu só posso dar essa resposta.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.^a Prof.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares. É a última intervenção.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, no fundo, é para validar quais as conclusões a que conseguimos chegar nesta audição e colocar duas perguntas.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Nós estamos aqui para, ao longo das várias audições, ouvir diversas entidades e para tirar conclusões, portanto, convém que façamos isso. É esse o objectivo desta Comissão e não chegar ao fim sem quaisquer conclusões, como outros tiveram o hábito

de fazer. Por isso, o Bloco de Esquerda tudo fará para que, efectivamente, se chegue às conclusões que sejam do melhor interesse para o País.

Quero especificar uma das datas que nos deu, porque referiu que «a Fundação estava a ser preparada há muito», não teria sido só preparada em Julho ou em Setembro quando foi criada.

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Antes disso disse «imagino»!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Imaginava, portanto, que estivesse a ser preparada há muito, o que também nos parece natural. Por toda a documentação que temos, tudo estava a ser preparado há muito. Aliás, havia coisas que já estavam a ser executadas há muito, para, só depois, serem contratualizadas ou passadas ao papel. Por isso, não é nada que nos espante, está dentro daquilo que já apurámos nesta Comissão de Inquérito.

Agora, permita-me que faça uma correcção ao meu colega Hélder Amaral: as notícias do anúncio do *Magalhães* não são do dia 28, porque o *Expresso*, no dia 26 de Julho,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Ainda mais cedo!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — ..., portanto ainda mais cedo, já trazia a notícia «Aviões no Sul, computadores no Norte». E uma das frases dizia «o *Expresso* apurou que a fábrica da J. P. Sá Couto será instalada no Norte do País e que, além do mercado interno ligado ao Programa e.escola, o objectivo é desenvolver um *cluster* exportador deste tipo de equipamentos». Exactamente, porque na altura havia o e.escola, ainda não tinha sido anunciado ao público o e.escolinha.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Englobava tudo!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Por isso, cruzando esta informação com a informação que nos deu e com a informação que nos foi dada também pelo presidente da Vodafone, que nos disse que começou a negociação para o acordo de princípios a vinte e tais — foi a expressão que ele utilizou — de Julho de 2008, também será de imaginar que a J. P. Sá Couto se terá preparado bastante antes disso, já que conhecendo algumas características e alguns dos desejos que o Ministério da Educação tinha, apressou todos os preparativos para a produção do *Magalhães*, porque só assim se percebe — e quem conhece de perto a indústria de construção de computadores sabe isso — que se definam características num dia e seis dias depois já se distribuem 3000 computadores.

Não é habitual que assim aconteça, até porque, a exemplo de outros fornecedores, tivemos a indicação de que o mesmo processo demoraria cerca de quatro a seis meses a ser acompanhado por outros fornecedores. Por isso, será também legítimo imaginar que, quatro a seis meses antes, a J. P. Sá Couto já estava preparada para chegar ao tal memorando de entendimento com a Intel, apadrinhado pelo Governo, disponível para cumprir com as características do Programa e.escolinha, também apadrinhado pelo Governo, e, no fundo, com capacidade de produção. E não sabemos, mas iremos tentar descobrir, se esta produção foi ou não apadrinhada pelo Governo.

Por isso, a pergunta que lhe faço, para percebermos essas datas, porque imagino que também não foi convidada no própria dia para ir à celebração do baptismo do *Magalhães* e à assinatura do acordo de princípios, é quando é que teve conhecimento das duas coisas, ou seja, que o *Magalhães* ia ser anunciado e da assinatura do acordo de princípios. Sabe

precisar a data? Tem algum *mail* que nos possa fornecer com a data em que recebeu essa informação? Participou em alguma reunião preparatória? Isto para, no fundo, percebermos os meandros que culminaram neste ponto.

Para terminar, devo dizer que me espanta bastante, até pela diferença que existe a nível da acção social escolar dividida pelos vários níveis de ensino, é que não se saiba explicitar que parte dos 200 milhões corresponde ao *Magalhães*, à parte que o Governo teve de entrar para distribuição do *Magalhães*. E questiono isso, já agora, porque sabemos, por interpostas pessoas, que deveria ter andado à volta dos 80 milhões, mas o Ministério da Educação, que foi quem esteve envolvido directamente e quem deveria saber os números da distribuição e o montante que teve de pagar por parte da acção social escolar, não sabe dizer esse valor. Devo dizer que isso me espanta.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues.

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, peço desculpa, mas vou ter de insistir na mesma resposta, porque a pergunta também é a mesma e, portanto, não tenho aqui grande possibilidade de fuga.

Já expliquei ao Sr. Deputado...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Eu poupava os 20 minutos do funcionamento da acção social escolar, porque isso já percebemos!

A Sr.^a Dr.^a **Maria de Lurdes Rodrigues**: — Eu já expliquei ao Sr. Deputado que a razão por que não lhe sei dizer quanto é que do montante total de despesa que tivemos cabe ao e.escola e ao e.escolinha é porque os

dados relativos ao e.escolinha estão mais atrasados do que os relativos ao e.escola.

O Sr. Deputado reconhece que o programa terá uma fase de finalização em Julho de 2010, mas insiste que eu em Setembro de 2009 já devia saber quanto é que devíamos pagar de acção social escolar.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Porque já pagou bastante dinheiro nessa altura.

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — Sr. Deputado, já lhe disse que, nesse dinheiro, não está a distinção entre o e.escola e o e.escolinha. Está dinheiro da acção social escolar com a necessidade de identificação nominal dos alunos e essa distinção não estava feita em Setembro quando assinei a autorização do primeiro pagamento. É um acerto de contas, é uma relação que continuará. O Ministério da Educação vai ter que continuar esta relação de ajuste de contas da acção social escolar e lá virá o tempo em que o Sr. Deputado, certamente, terá acesso, como eu própria, a quanto significou em termos de e.escolas e quanto é que significou em termos de e.escolinha.

Agora, não pode é, por impossibilidade de apuramento de um dado, concluir que não quis dar informação, que não sabia, que é de tal forma irresponsável na gestão de dinheiros públicos que não sabia. Não, isso não pode ser, Sr. Deputado.

Era possível em Setembro de 2009 ter um apuramento da informação relativa ao e.escolinha, era possível ter um primeiro apuramento do impacto da acção social escolar no programa e foi sobre esse primeiro apuramento que se fez um acerto de contas, com a indicação para continuar o trabalho mais rigorosamente até se conseguir apurar, divulgar, utilizar essa informação.

Está tudo no Ministério da Educação. O Sr. Deputado pode ter acesso a toda a informação. Tudo isto é claro e transparente, não oferece nenhuma dúvida. Não pode é daqui deduzir, insisto, em que houve má vontade em fornecer a informação ou não se sabe do que está a falar-se. Sei do que estou a falar, conhecia toda a informação e faço questão em que isso fique totalmente clarificado.

Já sobre a outra questão que me coloca, se tenho *e-mail*, se sei em que data, para mim isso é completamente impossível porque se trata de um detalhe que, provavelmente, nem chegarei, nunca, a conseguir reconstituir. Não sei se o Sr. Deputado sabe mas existe secretariado, existe *staff*, existem assessores que são, normalmente, quem prepara as agendas, os eventos, quem diz, no limite, ao Ministro qual é a agenda desse dia. Portanto, não tenho condições, nem nenhum dirigente tem condições, de lhe dizer se sabia, se viu. Provavelmente, vi nos jornais, como o Sr. Deputado, porque muitas vezes os ministros vêm muitas coisas pela informação. Esse pormenor no sentido de saber se tenho um *e-mail* esse é um nível de informação...

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Permita-me, então, a alteração dessa pergunta.

O Ministério da Educação pagou alguns custos da iniciativa de apresentação do *Magalhães*?

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — Que eu saiba, não. Que eu saiba, não pagámos nenhuns custos. A iniciativa não foi nossa. Quem tem as iniciativas normalmente paga-as.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Foi iniciativa de quem? Do Ministério das Obras Públicas?

A Sr.^a Prof.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues: — Talvez. Não sei dizer-lhe.

Mas o Sr. Deputado tem a possibilidade de ter informação rigorosa sobre esse assunto. Não consigo compreender por que insiste em obter informação, que é, seguramente, subjectiva, parcial e passível de estar afectada pela memória quando a pode ter formalmente. Pede formalmente essa informação e obtém-na. E não sujeita um ex-ministro a saber, que lhe responderá sempre de memória e com base em impressões e dando-lhe uma opinião, portanto, não lhe dando a informação factual, que é o que o senhor precisa neste momento, não é da minha opinião sobre esse evento.

Acho que respondi a todas as questões que os Srs. Deputados levantaram.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Professora, muito obrigado pela sua colaboração. Chegámos ao fim desta audição.

Na próxima quinta-feira, a partir das 21 horas, teremos a audição do Presidente da PT.

Eram 13 horas e 43 minutos.